

**Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Licenciatura
em Arquitectura e Arquitectura Paisagista**

**Relatório-Síntese Global
(2.ºCiclo 3.º Ano)**

**FUP-Fundação das Universidades Portuguesas
APESP-Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado**

Julho 2003

Introdução

Este documento, que tem por objectivo apresentar o Relatório-Síntese da Comissão de Avaliação Externa sobre os Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista (2º Ciclo – 1º Ano), está organizado em cinco partes:

- a) Breve descrição do universo de cursos avaliados e dos métodos de trabalho utilizados;
- b) Apreciação Global dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista;
- c) Apreciação Específica dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista;
- d) Recomendações Finais;
- e) Anexos.

Na primeira parte, faz-se uma breve descrição dos cursos sob avaliação (arquitectura/paisagismo/urbanismo versus cursos que foram, simultaneamente, sujeitos aos 1º e 2º de avaliação daqueles que foram sujeitos, exclusivamente, ao 2º ciclo de avaliação) bem como do método de trabalho utilizado para a elaboração deste Relatório-Síntese.

Na segunda parte, faz-se uma Apreciação Global comparativa dos 13 cursos sob avaliação.

Na terceira parte, colocam-se as conclusões decorrentes da avaliação de cada curso de Licenciatura .

Na quarta parte, colocam-se as Recomendações Finais que expressam uma opinião global sobre os resultados da avaliação bem como se propõem sugestões específicas sobre os pontos mais relevantes dirigidos aos intervenientes no objecto de avaliação.

Na quinta parte, nos Anexos, colocam-se os Quadros, Figuras e Tabela que complementam as partes anteriores bem como se apresenta uma breve reflexão sobre o contexto educacional e profissional no qual os 13 cursos, que foram objecto desta avaliação, se enquadram, face aos 30 cursos de Arquitectura existentes em território nacional.

1ª Parte - Breve descrição do universo de cursos avaliados e dos métodos de trabalho utilizados

Este Relatório-Síntese descreve as principais conclusões e recomendações da Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista das Instituições de Ensino Superior sediadas em Portugal.

Ao todo são treze cursos que são objecto deste segundo ciclo de avaliações das Universidades Portuguesas e que se distribuem pelas seguintes instituições:

a) Cursos de Arquitectura

FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

FAUTL(A) - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa(Arquitectura)

FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

UL(Lx) - Universidade Lusíada – Lisboa

UL(Po) - Universidade Lusíada – Porto

UL(VNF) - Universidade Lusíada – Vila Nova de Famalicão

EUAC - Escola Universitária de Artes de Coimbra
Uln (A) - Universidade Lusófona (Arquitectura)

b) Cursos de Urbanismo
FAUTL (GU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
(Arquitectura de Gestão Urbanística)
FAUTL(UT)- Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
(Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial)
Uln (U) - Universidade Lusófona (Urbanismo)

c) Cursos de Arquitectura Paisagista
UE- Universidade de Évora
ISAUTL - Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Deste conjunto de cursos verificam-se, em arquitectura, três cursos sediados em instituições públicas (FAUP, FAUTL-A, FCTUC) e cinco em instituições privadas (EUAC, UL(Lx), UL(Po), UL(VNF) e Unl(A)). Nos cursos de Arquitectura Paisagista ambos estão sediados em instituições públicas (ISAUTL e UE) e nos de Urbanismo dois são promovidos pela mesma universidade pública (FAUTL(UT) e FAUTL(GU)) e o restante em universidade privada (Unl(U)).

Além disso, os cursos sediados em instituições públicas já foram objecto de um 1º ciclo de avaliação o que caracteriza, à partida, um universo de análise relativamente heterogéneo, não só quanto ao tipo de curso que é objecto de avaliação (arquitectura/paisagismo/urbanismo), como à sua natureza (público/privado) e, ainda, ao facto de terem sido ou não objecto de avaliação anterior¹.

Utilizaram-se procedimentos de avaliação uniformes para todos os cursos sob avaliação, de forma a se ter uma grelha que permitisse estabelecer avaliações comparativas sujeitas à mesma linha de base.

Os Princípios de Aferição utilizados desdobram-se em 63 itens, que estão agrupados em 11 grupos de factores de actividade (Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Plano de Estudos, Sucesso Escolar, Recursos de Apoio, Corpo Docente, Relações Externas, Gestão da Avaliação, Perspectivas Profissionais e Recursos Financeiros), que se distribuem por três tipos de questões orientadoras, a saber:

a) questões relacionadas com a caracterização de objectivos globais e específicos de formação na área de arquitectura, urbanismo ou arquitectura paisagista.

¹ Os cursos que participaram, simultaneamente, dos 1º e 2º ciclos de Avaliação das Universidades Portuguesas são os seguintes.: FAUP, FAUTL(A), FCTUC, FAUTL (GU), FAUTL(UT), UE e ISAUTL. Os restantes, que somente participaram no 2º ciclo de Avaliação são, a saber: UL(Lx), UL(Po), UL(VNF), EUAC, Uln (A) e Uln (U). Quando nos referimos, no corpo do Relatório, aos cursos que participaram no 2º Ciclo de Avaliação estão incluídos os dois grupos de cursos, i.e. todos os cursos que fazem parte do universo amostral sobre o qual a presente avaliação incide. Quando se faz referência aos cursos que participaram em ambos os ciclos de Avaliação reportamo-nos ao primeiro grupo, i.e. aos cursos que estão sediados em escolas públicas. Quando nos referimos aos cursos que participaram, exclusivamente, do 2º Ciclo de Avaliação reportamo-nos ao segundo grupo, i.e. aos cursos que estão sediados em escolas privadas.

b) questões relacionadas com a estratégia pedagógica desenvolvida, tendo em vista a concretização daqueles objectivos no âmbito do ensino e da aprendizagem dos respectivos saberes.

c) questões relacionadas com a montagem de meios humanos e materiais necessários à organização de uma resposta, tendo em vista a realização completa daqueles objectivos de formação.

Completo-se a apreciação de cada um daqueles 63 itens, que constituem os grupos de Factores de Avaliação, especificados individualmente em cada Relatório de cada curso sob avaliação, com uma síntese expressa em 4 níveis de apreciação: “A” para itens com avaliação muito forte, “D” para item muito fraco e “B” e “C” para situações intermédias (ver Quadro-Síntese 1 e Relatórios individuais de cada curso).

A distribuição da percentagem dos itens por Objectivos, Programas e Meios foi de, respectivamente, 17,5 %, 28,6 e 53,7% o que levou esta CAE, também, a estabelecer uma avaliação discursiva a fim de fundamentar e equilibrar as apreciações colocadas em escala ordinal.

Registe-se que não foi tomada qualquer iniciativa conducente à atribuição de ponderações de cada um dos grupos em que estão inseridos os 63 itens de avaliação e não se propôs qualquer forma de classificação global dos cursos em apreciação.

2ª Parte - Apreciação Global dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista;

No Quadro-Síntese 1 (ver Anexo) está expressa a Avaliação Global de todos os Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista que participaram neste Ciclo de Avaliação pelos Factores e Itens de Avaliação acima referidos.

Como se poderá constatar as classificações divergem substancialmente, tanto de curso para curso - leitura vertical - como também para Factor ou Item de avaliação considerado - leitura horizontal.

Com efeito, se repararmos nos Totais das Classificações por curso - leitura vertical - podemos verificar que as classificações com nível A variaram de 34 para o curso de Arquitectura Paisagista da UE até 1 para o curso de Urbanismo da Uln(U). As de nível B apresentaram o valor total máximo de 39 para o curso de Arquitectura da FAUTL(A) e o valor total mínimo de 12 para o curso de Arquitectura Paisagista do ISAUTL. Para as de nível C o valor máximo foi de 24 para os cursos de Arquitectura da UL(VNF) e da Uln(A) e o mínimo de 6 para o curso de Arquitectura da FAUTL(A). Finalmente, para as de nível D o máximo foi para o curso de Arquitectura da EUAC e o mínimo de 0 para o curso de Arquitectura da FAUTL(A).

Para os Totais das Classificações de todos os Factores de Avaliação – leitura horizontal – constatamos que os valores mínimos se situaram, quase sempre, ao nível D, excepto para a Avaliação da Gestão, com 5 ocorrências para o nível A, e na Origem e Destino de Recursos Financeiros, que obteve 8 ocorrências para o nível C.

Os valores máximos dos Totais das Classificações para os Factores de Avaliação variaram de acordo com a seguinte sequência:

Objectivos do Curso com 21 ocorrências para o nível C;

Organização Institucional com 24 ocorrências para o nível C;

Procura com 18 ocorrências para o nível A;

Plano de Estudos com 38 ocorrências para o nível B;
Sucesso Escolar com 14 ocorrências para o nível B;
Recursos de Apoio com 71 ocorrências para o nível B;
Corpo Docente com 45 ocorrências para o nível B;
Relações Externas com 24 ocorrências para o nível A;
Avaliação da Gestão com 17 ocorrências para o nível C;
Perspectivas Profissionais com 20 ocorrências para o nível B;
Origem e Destino de Recursos Financeiros com 15 ocorrências para o nível B.

Esta simples análise mostra-nos, primeiramente, uma grande variabilidade nos totais das classificações atribuídas aos itens de avaliação dos diferentes cursos de licenciatura que compõem o universo desta avaliação.

Em segundo lugar, podemos dizer que os cursos privilegiam mais as Relações Externas (com maiores classificações de nível A) do que a Procura, o Plano de Estudos, o Sucesso Escolar, os Recursos de Apoio, o Corpo Docente, as Perspectivas Profissionais e a Origem e Destino de Recursos Financeiros (com maiores classificações para o nível B) e, ainda menos, os Objectivos do Curso, a Organização Institucional e a Avaliação da Gestão (com maiores classificações para o nível C) o que, eventualmente, pode corresponder, por um lado, a um certo protagonismo das relações com o meio envolvente quando comparado com os restantes Factores de Avaliação e, por outro, reflectir a dificuldade que os cursos, genericamente, apresentam em lidar com questões relacionadas com o seu desempenho e funcionamento interno.

Se observarmos na Fig. 1 o gráfico de barras relativo às classificações globais (A-B-C-D) dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista ordenados pelas classificações de nível D podemos constatar que o curso de Arquitectura da UEAC obteve maior classificação e o de Arquitectura da FAUTL(A) a menor.

Reforça-se, assim, o que se disse anteriormente, que esta análise não visa estabelecer um “ranking” de escolas mas, simplesmente, estabelecer um quadro de análise comparativa para se tirar ilações sobre o conjunto de cursos sob avaliação. Com efeito, as classificações atribuídas aos outros níveis de avaliação também contam para uma apreciação global dos diferentes cursos, não sendo possível atribuir uma ordenação somente a partir deste critério.

Estas relações ficarão, no entanto, mais claras se observarmos o Quadro-Síntese 2.1 que mostra a Avaliação de todos os Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Factores de Avaliação e que participaram no 2º ciclo de Avaliação e o compararmos com o Quadro-Síntese 2.2, onde colocámos somente aqueles cursos que participaram, simultaneamente, no 1º e 2º ciclos de Avaliação.

Com efeito, podemos constatar que, para todos os cursos sujeitos ao 2º ciclo de Avaliação, os Objectivos do Curso, a Organização Institucional e a Avaliação da Gestão são os Factores mais penalizados, com valores máximos ao nível C, face aos restantes que se distribuem, tendencialmente, para níveis de classificação mais superiores.

Se observarmos, agora, o Quadro Síntese 2.2, que expressa a Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Factores de Avaliação para os cursos que participaram, simultaneamente, nos 1º e 2º ciclos de Avaliação, podemos constatar que a distribuição dos níveis de classificação são, tendencialmente, superiores e mais homogêneos do que para o primeiro caso e que não ocorrem valores máximos para os níveis C e D.

Onde se constata um desempenho semelhante, entre estes grupos de cursos, é relativamente às classificações para o nível A das Relações Externas.

A Tabela 1 mostra as variações, por níveis máximos de Classificação atribuídos aos cursos que participaram, por um lado, no 2º ciclo de Avaliação quando comparado com aquelas que participaram nos 1º e 2º ciclos de Avaliação, isto é compara os resultados constantes nos Quadros-Síntese 2.1 e 2.2.

Factores de Avaliação	Cursos do 2º Ciclo	Cursos dos 1º e 2º Ciclos
Objectivos	C	B
Organização Institucional	C	A
Procura	B	B
Plano de Estudos	B	B
Sucesso Escolar	B	B
Corpo Docente	B	A
Relações Externas	A	A
Avaliação da Gestão	C	B
Perspectivas Profissionais	B	B
Recursos Financeiros	B	B

Tabela 1 – Comparação entre os níveis de classificação máximos para os Factores de avaliação dos cursos que participaram no 2º Ciclo de avaliação e dos que participaram, simultaneamente, nos 1º e 2º ciclo de avaliação.

Podemos, assim, verificar que, globalmente, em relação aos Objectivos, à Organização Institucional, ao Corpo Docente e à Avaliação da Gestão os cursos que foram sujeitos ao 2º Ciclo (todos os pertencentes ao universo amostral), apresentaram desempenho menos elevado quando os comparamos com aqueles que participaram tanto do 1º Ciclo como do 2º Ciclo de Avaliação. Repare-se que a Organização Institucional passa de um nível máximo de A para C, o que significa que, neste aspecto, o alargamento do espaço amostral no 2º ciclo de Avaliação caracteriza-se por uma acentuada problematização deste Factor de Avaliação.

De acordo com as observações que fizemos anteriormente, sobre os níveis máximos dos Factores de Avaliação dos 13 cursos que foram objecto de avaliação, é legítimo perguntar se esta situação, que já apresenta alguma discrepância, se manterá por muito mais tempo, face aos 30 cursos de Arquitectura actualmente existentes em território nacional² ?

Como variam estes níveis de avaliação por Curso de Licenciatura - a sua avaliação vertical - é o que procuraremos seguidamente analisar.

Se repararmos no Quadro-Síntese-3 que expressa a Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista, em termos das classificações totais, podemos verificar que os valores máximos relativos aos níveis A e B distribuem-se exclusivamente pelos cursos que foram, simultaneamente, sujeitos ao 1º e 2º ciclo de avaliação, excepto para o curso de Urbanismo da Unl(U). Os restantes cursos apresentam

² Ver Anexo d.

valores máximos para os níveis C e D. Isto sugere um desempenho diferenciado dos cursos, conforme tenham participado, ou não, do 1º ciclo de avaliação.

Além disso, se admitirmos que um melhor desempenho global se expressa, numa distribuição das ocorrências dos diferentes níveis de avaliação, na sequência de $A > B \geq C \geq D$ e que, um pior desempenho se verifica quando ocorre a situação reversa, isto é, quando o número de ocorrências dos níveis se apresenta com a relação $D > C \geq B \geq A$, podemos constatar que os cursos que obtiveram melhor desempenho global foram os de Arquitectura Paisagista da UE e o de Arquitectura da FCTUC e o que obteve pior desempenho foi o de Arquitectura da EUAC.

Nos cursos da FCTUC e UE não se verificaram alterações da relação ordinal dos níveis de avaliação e, no da EUAC, constatou-se uma alteração global dessa ordem. Nos restantes casos podemos verificar que os cursos de Arquitectura da FAUP e FAUTL(A) bem como o de Arquitectura Paisagista da ISAUTL apresentaram apenas uma alteração de ordem, que os cursos de Arquitectura da UL(Lx), UL(Po) e UL(VNF) apresentaram duas alterações de ordem e que os restantes, i.e. os cursos da Uln(A), FAUTL(GU) e da FAUTL(UT) apresentaram três alterações de ordem.

Isto precisa o que dissemos anteriormente, sobre o desempenho globalmente diferenciado dos cursos que fazem parte deste universo de avaliação, na medida em que podemos agora constatar que a avaliação vertical do desempenho distingue os cursos de forma singular e não somente por grupos que tenham participado ou não do 1º ciclo de avaliação.

No entanto, para sermos mais específicos analisemos como se expressa a Avaliação Global dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Relações Ordinais dos factores de Avaliação pelos níveis A-B-C-D.

Conforme podemos constatar no Quadro-Síntese 4, os cursos que apresentaram Factores de Avaliação sem alteração global da relação ordinal $A > B \geq C \geq D$, i.e., com relação ordinal de factores que contribuem para a consolidação dos cursos, são os seguintes:

a) Cursos de Arquitectura

FAUP - Objectivos do Curso, Corpo Docente, Relações Externas

FAUTL(A) - Organização Institucional

FCTUC - Plano de Estudos, Corpo Docente, Relações Externas,
Perspectivas Profissionais

UL(Lx) - Perspectivas Profissionais

UL(Po) - Perspectivas Profissionais

UL(VNF) - Perspectivas Profissionais

b) Cursos de Urbanismo

FAUTL (GU) - Organização Institucional, Recursos de Apoio

FAUTL(UT) - Organização Institucional, Recursos de Apoio

c) Cursos de Arquitectura Paisagista

UE - Objectivos do Curso, Organização Institucional, Plano de Estudos,
Recursos de Apoio, Corpo Docente

ISAUTL - Plano de Estudos, Corpo Docente

De igual modo, podemos verificar, no Quadro-Síntese 4, que os cursos que apresentaram Factores de Avaliação com alteração global da relação ordinal, i.e. com $D > C \geq B \geq A$ ou equivalente e que correspondem, por isso, a factores críticos que não contribuem para a consolidação dos respectivos cursos, são os seguintes:

a) Cursos de Arquitectura

EUAC - Corpo Docente, Relações Externas, Recursos Financeiros

Uln(A) - Corpo Docente, Relações Externas

UL(Lx) - Avaliação da Gestão

UL(Po) - Avaliação da Gestão

UL(VNF) - Avaliação da Gestão

b) Cursos de Urbanismo

Unl(U) - Corpo Docente

c) Cursos de Arquitectura Paisagista

ISAUTL - Recursos de Apoio

Os restantes Factores de Avaliação distribuem-se entre estes dois extremos, i.e. de contribuição para a consolidação do curso a que se referem ou como aspectos que necessitam de uma reconsideração urgente para que o curso não se degrade para além do aceitável.

No entanto, algumas ressalvas devem ser colocadas nesta abordagem global às classificações por níveis a partir das relações ordinais, sequenciais e reversas, na medida em que aspectos importantes poderão ter escapado como é o caso, por exemplo, do curso de arquitectura da FCTUC que apresentou a classificação 1-3-7-1 para Recursos de Apoio. De facto, não se configura como uma classificação reversa mas, no entanto, apresenta uma esmagadora maioria de pontuação ao nível C resultante da degradação das suas instalações físicas bem como da falta de equipamento a nível pedagógico. Estes aspectos de maior detalhe mas relevantes, serão levantados na terceira parte deste relatório, onde se colocam as conclusões específicas e decorrentes da avaliação de cada curso de Licenciatura.

Entretanto, e ainda no âmbito de uma abordagem global, o Quadro-Síntese 5 que expressa a Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista em função da representação dos valores máximos das relações ordinais dos Factores de Avaliação por Escola, mostra-nos, de forma gráfica, a atribuição dos níveis por quatro caselas, considerando-se como problemáticas aquelas situações onde os valores máximos ocorrem nas caselas C e/ou D (para a direita, em cada caso, das linhas traçadas a vermelho).

Assim, consultando o Quadro-Síntese 5, podemos considerar como pontualmente problemáticas ou como pontos críticos as seguintes relações:

a) Cursos de Arquitectura

FAUP - Sucesso Escolar

FAUTL(A) - Avaliação da Gestão

FCTUC - Sucesso Escolar, Recursos de Apoio, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros

UL(Lx) - Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Corpo Docente, Relações Externas, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros

UL(Po) - Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Corpo Docente,

- Relações Externas, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros
- UL(VNF) - Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Corpo Docente, Relações Externas, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros
- EUAC - Organização Institucional, Procura, Plano de Estudos, Sucesso Escolar, Corpo Docente, Relações Externas, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros
- Uln(A) - Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Plano de Estudos, Sucesso Escolar, Recursos de Apoio, Corpo Docente, Relações Externas, Avaliação da Gestão

b) Cursos de Urbanismo

- FAUTL (GU) - Objectivos do Curso, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros
- FAUTL(UT) - Objectivos do Curso, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros
- Uln(U) - Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Corpo Docente, Perspectivas Profissionais

c) Cursos de Arquitectura Paisagista

- UE - Sucesso Escolar, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros
- ISAUTL - Organização Institucional, Sucesso Escolar, Recursos de Apoio, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros

Por outras palavras, todos os cursos, sem excepção e em maior ou menor grau, necessitam de reformulações em aspectos relacionados com a caracterização de objectivos globais e específicos de formação nas áreas de arquitectura, urbanismo ou arquitectura paisagista, bem como com a estratégia pedagógica desenvolvida e, ainda, com a montagem de meios humanos e materiais, sem as quais dificilmente conseguirão manter ou melhorar a qualidade do ensino que oferecem.

Finalmente, para concluirmos a descrição global comparativa dos 13 cursos sob avaliação iremos aferir o método de avaliação proposto por esta CAE, pelo apuramento das afinidades ou verosimilhanças das classificações atribuídas aos cursos de Licenciatura que participaram neste 2º ciclo de avaliação.

Com base nos dados apresentados no Quadro-Síntese 3 estabelecemos a árvore de ligações dos agrupamentos para estes cursos de Licenciatura de forma a que os correspondentes agrupamentos apresentassem distâncias mínimas de classificação³. Os resultados estão apresentados na Fig. 1 (Árvore de Ligações) e na Tabela 2 (Distâncias Entre os Agrupamentos – ver Anexos).

Note-se que este método de análise apenas dá a similaridade ou verosimilhança entre os cursos de Licenciatura, medida pela distância das classificações globais ordinais atribuídas a cada curso não se propondo, assim, qualquer forma de ordenamento.

³ Aplicou-se para o efeito o método de variância mínima de Ward para se estimar a distância entre as unidades taxonómicas (cursos de licenciatura) baseada nas suas características (totais das classificações das avaliações). O programa estatístico utilizado foi o JMP desenvolvido pelo SAS Consortium em ambiente Macintosh (ver M. A. Anderberg, 1973, “Cluster Analysis for Applications”, New York, Academic Press, 42-46). Em todas as situações analisadas por este método foram feitos testes com diferentes algoritmos para se definirem os agrupamentos – pela média das distâncias de similaridade, pelos centroides, pelas ligações simples e pelas ligações completas – obtendo-se sempre resultados idênticos. Para efeitos comparativos as distâncias de similaridade entre as unidades taxonómicas foram padronizadas.

Com efeito, os resultados obtidos mostram que as semelhanças do posicionamento relativo das escolas é o esperado, apesar de as classificações terem sido feitas por grupos independentes de, pelo menos, 4 avaliadores por curso, de as subcomissões de avaliação de cada escola terem sempre membros diferentes, de nenhum membro daquelas ter avaliado a sua própria escola ou curso e de se terem sempre utilizado idênticos Termos de Referência para efeitos de análise.

Repare-se que o diagrama da árvore de ligações posiciona primeiro a FAUTL(GU) junto à FAUTL (UT), depois a UL(Lx) junto à UL(Po) e à UL(VNF), seguidamente a EUAC junto à Uln(A), a seguir a FAUP junto à FAUTL(A), depois a FCTUC junto ao ISAUTL e, por último, a UE que se agrupa com o conjunto de cursos que participaram nos 1º e 2º ciclo de Avaliação e que se posiciona, por sua vez, de forma global e separada do conjunto de cursos que participaram, exclusivamente, do 2º ciclo de Avaliação.

O diagrama da árvore de ligações mostra, de forma clara, os agrupamentos por cursos que foram, simultaneamente, objecto do 1º e 2º ciclos de Avaliação daqueles que, por sua vez, foram, exclusivamente, objecto do 2º ciclo de Avaliação bem como, ainda quase sem excepções, por cursos de arquitectura, de urbanismo e de arquitectura paisagista.

Estes resultados sugerem que a aplicação do método de avaliação proposto nos Termos de Referência apresenta alguma fidegnidade e, por isso, deverá ser complementada com uma apreciação específica sobre os pontos críticos anteriormente levantados.

3ª Parte - Apreciação Específica dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista ⁴

Nesta parte faremos referência, mais pormenorizada, aos aspectos críticos detectados na 2ª Parte, nomeadamente no que se toca à ocorrência de pontos críticos, i.e. de caselas C e/ou D que apresentem valores máximos para um dado curso e Factor de Avaliação, bem como faremos alguns comentários, no âmbito do sistema de classificação adoptado (A-B-C-D), sobre as relações sequenciais e reversas daqueles Factores.

Em caso de dúvidas os Relatórios individuais, relativos a cada curso, deverão ser consultados para efeitos de esclarecimento das recomendações específicas de cada curso.

a) FAUP

Ponto Crítico : Sucesso Escolar

Apesar do exigente sistema de ingresso na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, as taxas de reprovações, apresentaram valores próximos ou superiores a 30% nas seguintes disciplinas durante o ano lectivo de 2001-2002 (p. 47 a 48 do RAA):

1º ano - Desenho, Projecto e Geometria

2º ano - Desenho da Arquitectura, Introdução aos Sistemas Construtivos

3º ano - Sistemas e Materiais de Construção

⁴ Nos Anexos está colocada uma “Breve Descrição do Contexto Educacional e Profissional no qual os 13 cursos, que foram objecto de avaliação, se enquadram face aos 30 cursos existentes em território nacional” e que, apesar de extrapolar o campo estrito desta avaliação, importa ter em consideração para se enquadrar devidamente o presente processo de avaliação.

O desajuste que se pode, assim, constatar é, muito provavelmente, devido ao facto de a arquitectura também ser uma área vocacional e os actuais processos de selecção no acesso não levarem em consideração esta dimensão, face ao nível de exigência que é solicitado, em termos de desempenho, aos alunos do curso de licenciatura em Arquitectura da FAUP.

Nalguns casos, como acontece com a disciplina de Geometria do 1º ano, que apresenta, naquele mesmo ano lectivo, uma taxa de cerca de 35% de reprovações, não parece estar, necessariamente, em causa o próprio sistema de selecção dos alunos que atribui 50% à sua competência nas disciplinas específicas de Geometria Descritiva ou de Matemática.

Sugestão : Implementação de sistema de aferição vocacional para efeitos de acesso ao curso e acompanhamento, pelo Conselho Pedagógico, das questões mais relevantes e relacionadas com o desempenho escolar.

b) FAUTL(A)

Pontos Críticos : Relações Externas e Avaliação da Gestão

Relações Externas⁵

Não é no plano institucional, mas nas relações com outras escolas de arquitectura ou no que se refere à mobilidade de docentes ou estudantes que se considera a existência de um ponto crítico, mas no isolamento físico das instalações no Polo Universitário da Ajuda que está a provocar o divórcio entre a escola e a cidade, nomeadamente no reconhecimento do valor cultural da escola por parte da população, com manifesto mal estar manifestado por docentes e discentes.

Sugestão: Um constante esforço no aproveitamento de oportunidades de realização de acções de dinâmica cultural e na concretização de projectos de extensão para o exterior, acções culturais com impacto na vida da cidade, formação permanente de fácil acessibilidade para profissionais e outros sectores da população, cursos livres, etc. os quais, devidamente publicitados, poderão constituir instrumentos fundamentais para ligar a escola à sociedade e para dar uma maior confiança e sentido a todos os envolvidos no trabalho da instituição.

Avaliação da Gestão

O processo de auto-avaliação teve expressão institucional através do trabalho da equipa que subscreve o RAA, apoiado na avaliação crítica dos factos internos, não ignorando as recomendações formuladas na avaliação anterior e prestando atenção às circunstâncias que foram determinadas pela história recente do curso. Seria importante referir as conclusões passíveis de serem tiradas internamente à luz de pressupostos opinativos mais vastos, gerando processos de contra-avaliação, pelo confronto da diversidade das respostas e da diferença de pontos de vista, em geral assumidos pelos diferentes corpos inquiridos, sugerindo-se ou questionando-se, assim, aspectos das orientações encontradas e estimulando um processo que deve tender para ser permanente.

Sugestão: Implementação de Sistema permanente de Avaliação e Acompanhamento do curso face à diversidade de formações, tendências e de sistemas de ensino, de forma a que as propostas tenham cabimento, de forma fundamentada e o mais consensualmente possível, nos órgãos de decisão da instituição de acolhimento.

⁵ Apesar deste Factor de Avaliação não se poder considerar como Ponto Crítico, de acordo com os critérios estabelecidos por esta CAE, o mesmo foi incluído dada a veemência com que os diferentes corpos da FAUTL(A) manifestaram a sua apreensão pelo isolamento a que estão fisicamente sujeitos.

c) FCTUC

Pontos Críticos: Sucesso Escolar, Recursos de Apoio, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros.

Sucesso Escolar: Uma percentagem significativa dos alunos faz, desde a criação do curso, a licenciatura num período superior a 7 anos. No ano objecto de análise cerca de 50% dos alunos concluíram o curso em 6 anos; apenas cerca de 25% ultrapassam os 7 anos e 22% concluiu o curso em 7 anos.

Sugestão: Redução substancial do peso da Prova Final, após a conclusão da parte curricular, na ponderação da média final do curso.

Recursos de Apoio: Não existe qualquer auditório que esteja afecto - mesmo parcialmente - ao curso. As condições acústicas e térmicas das salas de aula aproximam a sua utilização permanente ao nível do sofrimento. As salas de projecto estão sujeitas a vibrações de piso que prejudicam o trabalho feito em aula. Os laboratórios e equipamento informático existentes são em número insuficiente e o material multimédia é escasso e também insuficiente. Há falta de gabinetes para docentes, o que prejudica as condições de atendimento dos alunos. Os arrumos para os alunos estão localizados de tal modo que inviabiliza o seu acesso permanente. A biblioteca, necessita de ter uma dotação orçamental para compra de livros e revistas largamente reforçada. Não existem espaços de convívio, para além das galerias do claustro em torno do qual se organizam as instalações ou para além dos espaços da biblioteca ou de aulas. Existe, nas instalações do DARQ, apenas um pequeno bar cujo funcionamento responde, de modo insuficiente, às necessidades do curso. Tem horário restrito e não existem outros apoios fora do horário lectivo instituído. O pessoal técnico e administrativo bem como os recursos financeiros também são manifestamente insuficientes.

Sugestão: Dada a pequena e insuficiente melhoria da degradação das instalações físicas desde a última avaliação feita ao curso é imperiosa uma reprogramação das instalações físicas, do seu equipamento pedagógico bem como do pessoal técnico e administrativo, a ser apresentado, com carácter de urgência, à instituição de acolhimento.

Avaliação da Gestão: Face à avaliação feita em 1996/97 e às questões que nela foram levantadas, subsistem ainda, e apesar do esforço feito, dúvidas quanto à eficácia dos processos de avaliação. Não é explícita, ou é mesmo praticamente inexistente, qualquer política de acompanhamento de indicadores de avaliação ou contra-avaliação.

Por outro lado, se a eficácia do processo de decisão, a nível do curso não parece levantar questões relevantes, outro tanto não acontecerá na relação de dependência face à instituição tutelar.

Sugestão: Implementação, ao nível do curso, de processos de avaliação em regime permanente bem como da agilização do encaminhamento de processos, junto à instituição de acolhimento, de forma a minimizar os tempos para tomada de decisão pelos órgãos competentes.

Recursos Financeiros: Cerca de 85% dos financiamentos são provenientes do Orçamento do Estado e os restantes 15% são provenientes das propinas e de Transferências da Universidade de Coimbra, sendo a quase totalidade dos recursos afecta ao ensino. Impedimentos e estrangulamentos de natureza financeira têm imobilizado o crescimento do curso.

Sugestão: Reprogramação da situação financeira do curso junto à instituição de acolhimento tendo por base, ainda, a sua recente abertura face à solidariedade institucional de

outros cursos da UC com maiores capacidades para geração de receitas, bem como face ao desempenho académico do seu corpo docente, discente e de funcionários.

d) UL(Lx) , UL(Po) e UL(VNC)

Pontos Críticos: Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Corpo Docente, Relações Externas, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros.

Objectivos dos Cursos: De acordo com os Relatórios das Comissões de Auto-avaliação dos três cursos, os objectivos são relativos à promoção de uma sólida formação de base nos três primeiros anos (1º ciclo) e, posteriormente, nos 4º e 5º anos, ao desenvolvimento de uma aproximação à realidade profissional (2º ciclo). No entanto, a ausência de estratégias de desenvolvimento futuro dos cursos poderá ser fortemente condicionadora da sua adaptação face aos possíveis enquadramentos que a profissão de arquitecto venha, proximamente, a assumir tendo em vista o alargamento do espaço profissional no âmbito europeu, a abolição do decreto-lei 73/73, a concorrência de profissões afins, do ensino de massas que ocorre em algumas escolas europeias e das respectivas contrapartidas em termos de prática e promoção profissional de arquitectos formados no exterior, bem como de novos perfis profissionais que se advinham que possam vir a ser implementados, tanto nestes países como cá, para além de um excesso de oferta de profissionais em território nacional face às actuais capacidades produtivas do país e, ainda, ao “acréscimo de procura nas universidades públicas e (ao) decréscimo nas universidades privadas” (Crespo, 2003, p. 22)⁶ que tem sido constatado, em anos recentes, na área de arquitectura.

Sugestão: Reavaliação dos objectivos programáticos que fundamentam a decisão da criação, manutenção e crescimento dos cursos de arquitectura de forma sustentada.

Organização Institucional: a Universidade Lusíada é instituída pela Cooperativa de Ensino Universitária Lusíada, C.R.L. com o Despacho n.º 135/MEC/86 e tem os Estatutos Publicados no DR II Série n.º 270 de 03 de Dezembro de 1996 e rege-se, de forma complementar, pelos Estatutos de Docência, do Aluno e do Regulamento Geral de Avaliação do Conhecimento (DR II Série de 11 de Março de 2002). Estes Estatutos estabelecem as normas fundamentais que regem a Universidade na sua estrutura pedagógica e científica bem como na sua orgânica e funcionamento e obedecem, no entendimento desta Comissão de Avaliação Externa, ao que está estabelecido na lei, excepto no que se refere às dúvidas levantadas pela interpretação do Artigo 2.º, n.º 2, bem como do Artigo 7.º, n.º 1, do Estatuto da Docência da Universidade Lusíada, acima referido, e que cria uma carreira paralela à dos docentes do ensino superior público.

O entendimento que se faz da *ratio legis* do Estatuto da Docência da Universidade Lusíada (Artigo 2.º, n.º 2, bem como do Artigo 7.º, n.º 1), salvo melhor juízo, é que o mesmo viola o princípio de igualdade dos cidadãos perante a lei face ao gozo dos direitos, regalias e benefícios que a mesma atribui e concede às pessoas colectivas de utilidade pública e de que a correspondente Entidade Instituidora usufrui. Os três cursos de Arquitectura que têm como instituição de acolhimento a Universidade Lusíada são regidos por este Estatuto da Docência e, portanto, conformados pelas disposições legais que estão contidas neste ordenamento disciplinador da carreira dos docentes afectos aos três cursos de Arquitectura.

⁶ Crespo, V. (2003) Ganhar Bolonha, Ganhar o Futuro. O Ensino Superior no Espaço Europeu. Lisboa: Gradiva.

Sugestão: Solicitar parecer jurídico fundamentado ao Ministério da Tutela e/ou à APESP sobre a legalidade do Estatuto da Docência no que se refere ao pontos anteriormente levantados e, em função deste, proceder conformemente.

Procura

UL(Lx) - tendência de diminuição relativa à procura por lugares de ensino e classificações dos alunos admitidos no exame nacional do concurso normal de acesso, com classificação inferior a 95 pontos (p. 907 do RAA).

Sugestão: Avaliar, de forma explícita, as consequências pedagógicas da diminuição da procura por lugares de ensino bem como da entrada de alunos com classificação inferior a 95 pontos no exame nacional do concurso normal de acesso e sugerir medidas adequadas para, sem degradação das condições existentes, resolver estas situações.

UL(Po) – relativa estabilização, após diminuição acentuada, da procura por lugares de ensino e classificações no exame nacional do concurso normal de acesso de alunos admitidos inferior a 95 pontos.

Sugestão: Idêntica à da UL(Lx).

UL(VNF): A relação entre o número de candidatos por número de vagas inverteu-se desde 1997/98 para 2001/2002 passando-se, respectivamente, de 70 por 65 para 93 por 150. Esta situação revela, actualmente, um excesso de oferta em relação à procura efectiva por lugares de ensino no curso. Além disso, no conjunto de alunos admitidos em 2001/2002, no exame nacional do concurso normal de acesso, 22 o fizeram com classificação inferior a 95 pontos num universo de 200. **Sugestão:** Idêntica à da UL(Lx).

Corpo Docente

UL(Lx), UL(Po) e UL(VNF) – A carga lectiva docente semanal igual ou superior a 18 horas para alguns docentes é excessiva, considerando as actividades complementares de preparação de aulas, de realização de actividades de extensão, de investigação e, até mesmo, administrativas. Além disso, o *ratio* professor/aluno é de 1/17 para a UL(Lx) e UL(VNF) e de 1/15 na UL(Po) o que é, também, excessivo.

A dispensa de serviço docente durante o processo de formação dos assistentes é bastante complexo dado o curso estar sediado numa instituição particular e cooperativa o que não anula a necessidade de o mesmo ser, gradualmente, implementado por meio de mecanismos que satisfaçam tanto os desejos daqueles como as necessidades da instituição. A este respeito, a criação de linhas de investigação, hoje inexistentes, revela-se essencial para a clarificação de como estas actividades podem vir a contribuir para a melhoria da qualidade de ensino ao nível do curso de licenciatura.

Sugestão: Implementar um sistema que permita a qualificação académica do pessoal docente e possibilite dispensas de serviço. Reduzir, ainda, a carga horária docente semanal para níveis compatíveis com as outras actividades bem como o *ratio* professor/aluno para 1/11. Criação e implementação de linhas de investigação consequentes.

Relações Externas

Nota-se que, apesar da integração de alunos em cursos de diversos países, da realização de diversas conferências e colóquios sobre tópicos de natureza disciplinar e profissional e da colaboração com entidades culturais bem como de protocolos celebrados com várias associações profissionais, a ausência de acções conjuntas com outras instituições no domínio da investigação bem com de parcerias que promovam a arquitectura como forma de conhecimento.

Sugestão: Os programas de intercâmbio com o exterior deverão ser incentivados, nomeadamente na realização de acções conjuntas de investigação e desenvolvimento que se refiram, claramente, à dimensão disciplinar das actividades levadas a cabo bem como ao seu reatamento em termos de ensino.

Avaliação da Gestão

Os RAA deveriam ter-se referido às conclusões passíveis de terem sido tiradas a partir dos inquéritos aos docentes e alunos e não concluir, directamente, que o processo de auto-avaliação é extremamente positivo, nomeadamente através de processos de contra-avaliação que permitissem discernir a validade das respostas obtidas.

Sugestão: Implementação de processos que permitam, com continuidade, fazer a avaliação e acompanhamento do curso auscultando todos os envolvidos, publicitando e discutindo amplamente os resultados obtidos.

Recursos Financeiros.

Em relação à afectação de recursos detecta-se que estes são quase exclusivamente destinados ao ensino, ficando sem atribuição de verba a componente de investigação. Isto sugere que impedimentos financeiros e/ou políticas institucionais em vigor conduziram a esta situação.

Sugestão: Neste contexto, o estabelecimento de linhas de investigação e a candidatura a programas de investigação e desenvolvimento revelam-se prioritários para o lançamento de acções que, de forma coordenada com a progressiva qualificação docente, contribuam para a melhoria da qualidade de ensino.

e) EUAC

Pontos Críticos: Organização Institucional, Procura, Plano de Estudos, Sucesso Escolar, Corpo Docente, Relações Externas, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros.

Organização Institucional

A EUAC é regida por um Director, nomeado pela Entidade Instituidora, um Conselho Científico, constituído por todos os professores doutorados ou professores universitários com provas académicas para professor, podendo ser completado por especialistas de reconhecido valor, um Conselho Pedagógico, constituído por cinco docentes e cinco alunos eleitos, um Conselho Coordenador, constituído pelo Director e pelos Presidentes dos Conselho Científico, Pedagógico e de Departamento. Na medida em que não existem doutores em Arquitectura não está clara a participação do curso na tomada de decisão institucional.

Sugestão: Criação de um sistema que assegure, claramente, a organização e a participação da licenciatura no quadro da Instituição de acolhimento.

Procura: Em 2001/2002 só concorreram 59 alunos às 75 vagas disponíveis e destes apenas ingressaram 43.

Sugestão: Avaliar a procura por lugares de ensino na área de arquitectura na região centro do país e agir conformemente.

Plano de Estudos:

O Plano de Estudos apresenta-se sem quaisquer graus de liberdade; apesar de existirem na EUAC 6 licenciaturas não se tira partido das possíveis sinergias que a Escola poderia desenvolver. São manifestamente insuficientes as disciplinas nas áreas do urbanismo e do ordenamento do território e ocorre uma baixa incidência da área de Projecto no cômputo geral do curso.

Sugestão: Resolução atempada destes estrangulamentos que afectam, mais do que proporcionalmente, uma avaliação positiva do curso. Oferecer um percurso académico alternativo, no quadro da oferta nacional, estruturando um curso de Arquitectura que se afirme como uma reformulação crítica e actualizada da tradição das Belas-Artes, de que a Escola se reclama sentimentalmente.

Sucesso Escolar

Sem que o curso apresente prova final ou outro requisito semelhante, 40% dos alunos termina a licenciatura em 6-7 anos, para um plano de estudo de 5 anos lectivos.

Sugestão: Avaliação dos estrangulamentos curriculares e de ordem pedagógica que conduzem a esta situação e alterá-los conformemente.

Corpo Docente

Como é apontado pela Comissão de Auto-Avaliação no RAA, a licenciatura enferma não só da falta de um corpo docente estável com formação pós-graduada adequada - não existe um docente do curso com o grau de doutor - que satisfaça o estabelecido no Estatuto do Ensino Superior Privado e Cooperativo. Além disso, também se constata a necessidade de o curso se afirmar como um Centro de Produção de Conhecimentos, em lugar de mera Produtora de Títulos Universitários, situação esta que, a manter-se, mais cedo ou mais tarde, a incapacitará como Escola Universitária.

Sugestão: Implementar uma estrutura de carreira docente que permita a progressiva qualificação do seu pessoal docente de acordo com o estabelecido no Estatuto do Ensino Superior Privado e Cooperativo.

Relações Externas

Não são especificadas as relações que se promovem com outras instituições universitárias nem a EUAC, por seu lado, oferece quaisquer programas de intercâmbio nacional ou internacional de docentes ou de alunos.

Sugestão: Implementar os programas Sócrates, Erasmus e Leonardo, no âmbito da União Europeia e fortalecer, de forma explícita, as relações que mantém com outras instituições de ensino.

Avaliação da Gestão

O Relatório de Auto-Avaliação, é omissivo quanto aos processos que a instituição usa para avaliar criticamente a sua Gestão pedagógica, científica e administrativa.

Sugestão: Implementar processos de avaliação e contra-avaliação consequentes com as finalidades da licenciatura em Arquitectura.

Recursos Financeiros

A EUAC depende, quase que exclusivamente, das propinas (98,8% em 2001~2002) pelo que as verbas que pode afectar à investigação/projectos são excessivamente limitativas para se estabelecer qualquer acção consequente (0,14% das receitas totais).

Sugestão: Implementar candidaturas a fundos de financiamento que possibilitem o lançamento de acções de investigação na área de Arquitectura e sejam consonantes com a dimensão artística que o curso procura promover.

f) Uln(A)

Pontos Críticos: Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Plano de Estudos, Sucesso Escolar, Recursos de Apoio, Corpo Docente, Relações Externas, Avaliação da Gestão

Objectivos do Curso

Como objectivo específico pretende-se explorar um campo do qual possa resultar uma "cultura lusófona" com incidência numa área de arquitectura e tecnologias edificatórias tropicais.

Sugestão: Clarificar os conteúdos, meios e programas para se alcançar este objectivo, no âmbito do "Projecto Arquitectónico" que, na organização curricular, assume o lugar central de toda a estrutura que suporta o curso e estimula as práticas didácticas.

Organização Institucional

A separação institucional entre as áreas de Arquitectura e Urbanismo, revela à partida uma visão da arquitectura restrita à problemática da edificação, enquanto a realidade concreta coloca toda a vivência do curso de urbanismo no âmbito do Departamento de Arquitectura.

Além disso, a Universidade Lusófona goza de autonomia científica, pedagógica e cultural e dispõe de Conselhos que gerem a totalidade da instituição universitária, tais como o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico. Este sistema retira ao curso de arquitectura o funcionamento de órgãos colegiais próprios, embora seja afirmada uma relativa autonomia do Direcção de Curso que, praticamente, se confunde com a direcção do Departamento.

Sugestão: Clarificar, de forma organizacional, as valências da dimensão disciplinar da Arquitectura e fortalecer a Direcção do Curso perante os órgãos de decisão da instituição.

Procura

A definição de um leque bastante largo de disciplinas específicas para opção dos candidatos ao curso acaba por se revelar pouco exigente quanto aos níveis de formação dos estudantes admitidos (praticamente todos os candidatos são admitidos, tornando-se a exigência de uma disciplina específica do secundário uma formalidade sem conteúdo), tendo como consequência que o valor médio da competência, à entrada, se revela relativamente baixo.

Sugestão: O estabelecimento de uma prova de acesso vocacional bem organizada pela própria universidade, com uma percentagem razoável de valor na constituição da nota de candidatura.

Sucesso Escolar

Nesta matéria, apenas se constata um evidente desequilíbrio entre as cargas horárias semanais exigidas a alunos dos turnos diurno e nocturno, o que poderá significar perda de valor na formação em horário pós-laboral, para além de uma evidente injustiça para com os formandos que optam por esta modalidade.

Sugestão: A procura de estabelecimento de horários mais equilibrados quanto às cargas horárias semanais, entre os turnos diurnos e nocturno.

Recursos de Apoio: A diluição de meios de suporte à actividade de ensino por toda a universidade torna, em certos casos, a sua disponibilidade bastante escassa para as necessidades próprias do ensino da arquitectura. Estão, neste caso, as dimensões e equipamento das salas de aula e particularmente a ausência de espaços próprios para atendimento docente e para trabalho autónomo de alunos. Também certos recursos que se apresentam com qualidade de equipamento e organização, como a biblioteca ou os laboratórios didácticos, acabam por se tornar insuficientes porque, num universo de 10.000 alunos, não é privilegiado o campo específico da arquitectura.

Sugestão: Para além do natural esforço de progresso quanto à disponibilidade de equipamento didáctico, seria fundamental a criação de um lugar ou lugares para trabalho livre

e convívio de alunos de arquitectura, tendo em atenção a especificidade da sua prática escolar.

Corpo Docente

A questão central do desequilíbrio da constituição de um corpo docente com os níveis de disponibilidade e dedicação por todos desejado, a começar pelos próprios docentes, resulta de um sistema que fragiliza o vínculo contratual, impedindo a profissionalização preferencial no ensino e a consequente margem de tempo para a investigação, abstracta ou projectual, a concentração na carreira académica e o desenvolvimento de acções produtivas no interior do espaço universitário. Mesmo atendendo a que uma clara opção pelo ensino profissionalizante pede a participação significativa de profissionais do projecto arquitectónico na composição do corpo docente, é fácil de constatar que o rendimento de trabalho de ensino resulta prejudicado, apesar da vontade e dedicação possível dos professores envolvidos.

Sugestão: Progressiva qualificação do corpo docente com vínculo contratual estável.

Relações Externas

Os programas de intercâmbio com o exterior encontram-se numa fase embrionária e os estudantes identificam essa lacuna, por comparação com as facilidades que são oferecidas a estudantes de outras instituições, desejando também participar em experiências formativas integradas em programas europeus e outros intercâmbios. Nos planos do intercâmbio docente e de acções de investigação, passa-se algo semelhante, como resultado da grande pressão do trabalho quotidiano que não dá margem para o desenvolvimento de experiências externas organizadas e com cobertura da própria universidade.

Sugestão: Incrementar diferentes formas de cooperação, quer com escolas estrangeiras, quer com as outras escolas de arquitectura em Portugal, para enriquecimento mútuo nos campos do ensino-aprendizagem, da investigação e da extensão à sociedade, tendo por base experiências diversificadas na área de Arquitectura.

Avaliação da Gestão

Os inquéritos a docentes, discentes e licenciados que figuram em anexo ao Relatório de Auto-Avaliação, não constituem, em si próprios, um factor de auto-avaliação, por muito positivos que sejam os efeitos induzidos pela sua própria realização.

Sugestão: Referir as conclusões passíveis de serem tiradas internamente, a partir do RAA, gerando inclusivamente processos de contra-avaliação, pelo confronto da diversidade das respostas e da diferença de pontos de vista, em geral assumidos pelos diferentes corpos inquiridos.

g) FAUTL(GU) e FAUTL(UT)

Pontos Críticos: Objectivos do Curso, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros

Objectivos dos Cursos

Admitindo-se a transitividade da coexistência dos cursos de “Gestão” e de “Planeamento” no seu actual formato, impõe-se a redefinição de objectivos, quer no caso de futura fusão de ambos os cursos, quer no aprofundamento e afirmação das suas diferenças. Em ambas as situações é crítica a definição do peso relativo que se pretenda atribuir às disciplinas da área de Arquitectura.

Sugestão: Clarificar os objectivos dos cursos e o respectivo perfil profissional posicionando-o, em particular, entre as formações concorrentes de “banda larga”, tradicionalmente mais estruturadas e agressivas no mercado concorrencial de trabalho profissional.

Esta clarificação passa pela definição de opções – não necessariamente excludentes: a) curso de arquitectura com perfis de especialização diferenciados; b) curso pleno de urbanismo com ênfase em desenho e projecto urbano; c) curso de planeamento e gestão prescindindo, consequentemente, da componente arquitectural.

Avaliação da Gestão

Não se aferiu a validade do sentido de algumas respostas ao Inquérito colocado no RAA, através da confrontação com dados mais objectivos que poderiam mostrar, ou não, o enviezamento dos resultados alcançados.

Sugestão:

Introdução de procedimentos de contra-avaliação que permitam contextualizar as apreciações feitas sobre ambos os curso.

Recursos Financeiros

A esmagadora maioria das verbas afectas aos cursos destina-se a suportar os custos de pessoal, sendo ainda bastante relevante o montante distribuído aos custos de manutenção. As restantes rubricas de equipamento, bibliografia, bolsas e projectos de investigação são escassas.

Sugestão: Face à situação acima referida bem como às carências detectadas, particularmente na formação a nível de doutoramento dos docentes do curso, impõe-se uma óbvia aposta nas estruturas de base de apoio à investigação, ao nível da bibliografia, das bolsas de estudo e de projectos de investigação.

h) Unl(U)

Pontos Críticos - Objectivos do Curso, Organização Institucional, Procura, Corpo Docente, Perspectivas Profissionais

Objectivos do Curso

Constata-se uma dificuldade em definir, de forma precisa, quais os objectivos do curso, o que se traduz no insignificante “peso” relativo que as ciências sociais aplicadas bem como das componentes de desenho e projecto urbano e, ainda, de infraestruturização urbana apresentam no elenco curricular do curso.

Sugestão: Clarificar os perfil profissional dos futuros licenciados tendo em atenção as necessidades de inserção no meio profissional da área de Urbanismo e, em consequência, rever os objectivos do curso.

Organização Institucional

De acordo com o Relatório de Auto-Avaliação, o curso de Urbanismo estava integrado no Departamento de Ciências Humanas tendo transitado para o Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes. Estas alterações revelam alguma instabilidade, que poderá estar associada aos próprios objectivos do curso ou a reorganizações internas da UnL. Por outro lado, os horários pós-laborais praticados nos diversos anos do curso têm uma influência desincentivadora dos contactos docente-aluno na Universidade, pelo menos no periodo pós-aulas.

Sugestão: Fortalecer a inserção institucional da licenciatura no seio da Unl com carácter mais permanente e dando maior peso ao contacto aluno-professor em regime pós-laboral.

Procura

É manifesta a redução da procura, sendo a composição maioritária dos formandos constituída por trabalhadores-estudantes em regime pós-laboral, o que levou recentemente à suspensão de inscrições.

Sugestão: Reafirmar o carácter profissionalizante da licenciatura promovendo maiores níveis de aprofundamento disciplinar e de prática projectual, dificilmente compatíveis com um regime pós-laboral.

Corpo Docente

Para além do mérito pedagógico e de experiência profissional de alguns docentes da licenciatura, o estatuto do corpo docente é, globalmente, desequilibrado pela quase ausência de perfis de investigadores universitários.

Sugestão: Fomentar a participação de docentes com significativa capacidade de investigação científica promovendo, para o efeito, a sua contratação efectiva em regime de tempo integral.

Perspectivas Profissionais

São patentes as dificuldades de obtenção de emprego adequado à formação, embora a maioria dos alunos esteja actualmente empregada. A este respeito parece contraditória a confrontação das potencialidades do mercado de trabalho, tal como descritas no RAA, e a lentidão com que os novos graduados vão encontrando emprego.

Sugestão: Avaliar o desempenho profissional dos licenciados pela UnL face às tradicionais formações em arquitectura, arquitectura paisagista e engenharia civil, com especialização pré ou pós graduada em urbanismo ou planeamento territorial e propor alterações conformes ao curso.

f) UE

Pontos Críticos - Sucesso Escolar, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros

Sucesso Escolar

No período de cinco anos, que vai de 1997/98 a 2002/2003, apenas dois alunos completaram o curso de licenciatura em Arquitectura Paisagista com uma escolaridade de cinco anos e cerca de metade dos alunos que se licenciaram, neste período, só obteve o grau com uma duração da escolaridade superior a sete anos. Uma das razões apontadas para este mau panorama foi o da não-existência de regimes de precedências e de prescrições.

Sugestão: Rever ou instaurar o regime de precedências e de prescrições e reformular o processo de elaboração do trabalho de fim de curso.

Avaliação da Gestão

Tem havido processos de avaliação, quer de avaliação externa quer de auto-avaliação. No entanto, dada a falta de experiência da prática de avaliação não há processos correntes de avaliação e de contra-avaliação que contribuam para a melhoria da estrutura organizativa do curso.

Sugestão: Implementação de processos de filtragem e contra-avaliação que resultem em eficácia do processo de tomada de decisão institucional e reforcem o funcionamento e competências da Comissão Científica do Curso.

Recursos Financeiros

Constata-se a inexistência, na Universidade, de um sistema de contabilidade analítica, pelo que não podem ser apresentados elementos referentes aos recursos financeiros afectos ao

curso. Dos contactos com os docentes, e mesmo com as autoridades académicas, os recursos financeiros são escassos e todos disso se queixam.

Sugestão: Implementação de sistemas de avaliação e de acompanhamento da eficácia da gestão dos recursos financeiros.

g) ISAUTL

Pontos Críticos - Organização Institucional, Sucesso Escolar, Recursos de Apoio, Avaliação da Gestão, Recursos Financeiros

Organização Institucional

Dentro da organização do ISA o Curso de Arquitectura Paisagista, pela sua especificidade, constitui uma Secção Autónoma que se relaciona com os diversos departamentos científicos e as estruturas de apoio próprias do ISA. A resposta institucional ao RAE esclarece que a " Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista encontra-se representada na Comissão Coordenadora do Conselho Científico do ISA pelo coordenador da Secção, o qual possui uma posição permanente, votando a par dos presidentes dos departamentos, não possuindo apenas posição consultiva".

Sugestão: A participação do Curso no processo de tomada de decisão institucional, principalmente naqueles assuntos que lhe dizem directamente respeito, é uma garantia da adequação dos objectivos do curso a uma organização institucional complexa e multifacetada devendo, por isso, ser fortalecida.

Sucesso Escolar

O RAA refere que se licenciam cerca de 59% dos alunos entrados.

Sugestão: Incrementar, progressivamente e sem perda de qualidade, a taxa de conclusão do curso para um patamar mais aceitável.

Recursos de Apoio

O estado das instalações determina condições inadequadas à vida escolar e ao ensino e investigação, e mesmo impróprias e desconfortáveis para os alunos, registando-se frequentes infiltrações de água, ineficazes isolamentos térmicos e acústicos e mesmo de segurança em geral, como testemunharam os docentes nas suas exposições, os quais chegaram mesmo a referir que desenvolvem os trabalhos de preparação de aulas e parte da investigação em suas próprias casas, devido à ausência de condições nas actuais instalações do ISA.

Sugestão: Esta questão parece estar bem encaminhada pelo ISA e recomenda-se um forte empenhamento por parte dos seus órgãos de gestão na resolução atempada e célere deste ponto crítico.

Avaliação da Gestão

A inexistência de processos de filtragem e contra-avaliação institucionalizados de forma mais permanente bem como a eficácia dos processos de tomada de decisão institucional que afectam directamente o curso são os aspectos mais relevantes.

Sugestão: Implementação de processos de avaliação e acompanhamento de forma mais permanente que contribuam para a participação do curso nas decisões colegiadas que directamente lhe dizem respeito.

Recursos Financeiros

A resposta institucional ao RAE esclarece que "as fontes públicas são francamente insuficientes para assegurar o funcionamento da instituição. Uma grande parte do financiamento (cerca de 40 % do Orçamento Global) resulta das receitas próprias

provenientes dos projectos de investigação científica e de prestação de serviços à comunidade, na qual a SAAP tem tido um papel activo, para além dos quantitativos relativos às propinas”.

Sugestão: Reforço da capacidade de angariação de financiamento, nomeadamente das fontes públicas.

Por último, em relação à distribuição sequencial e reversa das classificações ordinais dos cursos (Quadro-Síntese 3) e dos Factores de Avaliação (Quadro-Síntese 4), podemos constatar que os pontos críticos a que acabámos de fazer referência (Quadro-Síntese 5), se encontram positivamente correlacionados com aquelas classificações, chamando-se, no entanto, a atenção para o facto de estes pontos também sublinharem aqueles Factores de Avaliação que se encontravam entre uma classificação sem alteração de ordem (classificação sequencial) e uma alteração global de ordem (classificação reversa).

Assim, os pontos críticos conseguem, de uma forma mais compreensiva, dar o panorama das debilidades pontuais de cada curso e as classificações reversas dos Factores de Avaliação, fazer uma chamada de atenção para aquelas situações que necessitam de mudança, em termos da sua orientação e desempenho, mais global.

O facto de o número de alterações de ordem de cada curso (Quadro-Síntese 3) dar uma indicação proporcional do número de pontos críticos, que se verificaram nos Factores de Avaliação (Quadro-Síntese 5), permite-nos ter alguma garantia sobre a fidedignidade do processo de avaliação realizado entre cursos tão heterogéneos.

Além disso, a árvore de ligações (Fig. 2), em que as distâncias, entre os cursos, é construída em função das classificações ordinais globais, explícita o agrupamento destes, pela sua verosimilhança, semelhante ao esperado por esta CAE, o que também dá alguma fidedignidade sobre o presente processo de avaliação.

4ª Parte Recomendações Finais

Nesta parte do Relatório-Síntese, após concluída a apreciação específica por cada curso de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista, colocamos as questões consideradas pertinentes, dadas pelo seu grau de generalização e transversabilidade, em relação aos cursos avaliados.

As questões levantadas referem-se às estratégias, à coordenação, ao ingresso, ao processo de avaliação e, ainda, aos 1º e 2º ciclos de Avaliação a que estes cursos foram sujeitos.

Estratégias

A relação entre uma estratégia global dos cursos e uma local encontra-se, na maior parte dos casos, desarticulada, quer em termos temporais como territoriais.

Com efeito, os cursos não exploram diversas alternativas de desenvolvimento, quer a curto, quer a mais longo prazo, nem se posicionam, de forma clara e simultaneamente, em relação à sua inserção na região em que se encontram, nem ao território nacional, nem ao espaço da União Europeia, nem em relação ao estabelecimento de relações preferenciais com outros espaços de língua portuguesa.

A dificuldade em se entender uma matriz de relações, tanto intra como extra cursos, provoca, em alguns casos, o desperdício de sinergias entre cursos de uma mesma universidade, bem como uma desarticulação, tanto entre a organização vertical do curso como entre a organização horizontal de cada ano curricular.

Sugestão: Criação de uma Comissão Científica da Licenciatura que, em sintonia com a instituição de acolhimento, promova a formulação de estratégias e a definição clara de objectivos e metas a serem alcançados.

Coordenação

As questões levantadas, na maioria dos cursos, relativamente à coordenação horizontal e vertical dos ritmos de trabalho bem como de conteúdos disciplinares é, por vezes, crítica para aqueles que se apresentam com uma área de formação central em projecto.

As entregas de trabalhos na disciplina de projecto monopolizam os tempos de ensino e, muitas vezes, as restantes disciplinas não funcionam por falta de alunos. Por isso, algumas destas chamam a si o lugar da formação central e também solicitam aos alunos trabalhos no domínio projectual, tornando praticamente inexecutável, no âmbito do ano académico, o cumprimento do calendário de avaliação das diferentes disciplinas que fazem parte da estrutura curricular de cada curso.

Diversos cursos, principalmente daqueles sediados em instituições de acolhimento de raiz mais politécnica, não apresentam precedências na sua estrutura curricular, o que se revela como um impedimento ao estabelecimento de acções consentâneas de coordenação.

Também a sobrelotação que se verificou, em alguns casos, nas turmas de projecto não conduz a uma coordenação eficaz dos trabalhos, num tipo de ensino que solicita um acompanhamento tutorial constante e dedicado.

Sugestões:

Criação, para cada curso e quando for caso disso, de uma Comissão Científica da Licenciatura que a coordene de forma consentânea com os objectivos a que a instituição de acolhimento se propôs.

Estabelecimento, de forma generalizada, de precedências, pelo menos, nas disciplinas de projecto.

As entregas de trabalhos finais da disciplina de projecto devem ser anteriores à realização de avaliações finais nas restantes disciplinas dos cursos.

A dimensão das turmas de projecto não devem ultrapassar o máximo de 25 alunos, por turma, para uma semana de ensino de 12 horas, sendo desejável uma dimensão de 20 alunos.

O *ratio* professor-aluno não deve ultrapassar, no curso como um todo, a proporção 1/11.

Ingresso

A ausência de um sistema de ingresso que atribua aos cursos um papel significativo e alguma responsabilidade de selecção dos seus estudantes, vem implicando um natural desajuste entre os níveis de formação trazidos do ensino secundário e as exigências vocacionais normalmente requeridas na aprendizagem da Arquitectura. Está neste caso a muito frequente fragilidade da formação em Desenho e noutros campos de formação humanista, o que é muito mal avaliado pelas provas que os alunos fazem, como vem sendo executada no processo das Provas Específicas do secundário, não revelando, por si só, capacidade selectiva que introduza a justiça necessária nestas provas.

As altas médias finalmente conseguidas pelos estudantes que obtêm o acesso, devem-se a factores de concorrência e intrínsecos à natureza daquela prova.

Não se compreende, também, que o sistema de ensino secundário possibilite, na recente re-estruturação de que foi objecto, uma formação na área de Artes que prescindia de disciplinas de Matemática.

Sugestão: Introdução de uma prova nacional de acesso que afira a dimensão vocacional dos candidatos para as áreas de arquitectura e revisão dos conteúdos disciplinares na área de Artes do ensino secundário e da qual participem, pelo menos, representantes dos cursos de licenciatura que foram objecto desta avaliação.

Processo de Avaliação

Grande parte da documentação entregue a esta CAE não incluía os CV dos docentes afectos aos cursos, o que impossibilitou uma avaliação mais rigorosa, na medida em que o desempenho de uma Licenciatura também passa, em grande medida, pelo grau de qualificação do seu corpo docente.

As contraditas apresentadas por algumas licenciaturas colocaram mais o que irão fazer e menos sobre o que foi feito, o que dificulta o processo de avaliação, que se requer que seja homogéneo e universal.

Os itens que não estão avaliados nos Relatórios individuais (sem classificação) não foram por falta de informação. A parte mais problemática relaciona-se com recursos financeiros, a sua origem e destino, e sobre o qual esta CAE considera imprescindíveis para se ter uma apreciação da eficácia do investimento de recursos na área de educação.

Nos RAA não foi solicitado o inquérito aos docentes sobre os seus alunos o que, a ser realizado, permitiria uma compreensão mais adequada do processo de ensino-aprendizagem em cada curso.

Além disso, algumas Contraditas foram entregues fora de prazo o que dificultou o processo de resposta final por parte desta CAE.

A inexistência de processos de filtragem e contra-avaliação institucionalizados, de forma generalizada e permanente, dificultam um monitoramento constante dos cursos.

Sugestões: Inclusão obrigatória dos CV dos docentes em anexo aos RAA.

Implementação de um sistema de base de dados onde seja possível aferir o desempenho evolutivo dos cursos sob avaliação, nomeadamente em relação à eficácia dos investimentos na área da educação em arquitectura, urbanismo e arquitectura paisagista, e que conduza a processos de avaliação, de filtragem e de contra-avaliação de forma permanente.

Inclusão no RAA de inquérito aos docentes sobre os seus alunos e que verse sobre as as diversas dimensões pertinentes ao ensino-aprendizagem das matérias que lecionaram.

Recomenda-se, ainda, que, numa próxima avaliação, se proceda ao ordenamento classificativo dos cursos sob avaliação.

Por último, é necessário um maior espaçamento de tempo entre a entrega das Contraditas e a resposta final, de cada curso, dada pela CAE.

1º e 2º Ciclo de Avaliação

Diversas constatações foram tiradas ao compararmos os cursos que foram, simultaneamente, sujeitos ao 1º e ao 2º Ciclos de Avaliação, daqueles que foram exclusivamente avaliados no 2º Ciclo de Avaliação.

Das questões levantadas sobressaiem, pela sua generalização e transversabilidade, as seguintes:

- a) Relações institucionais colegiadas com a entidade de acolhimento, para as primeiras, e relações hierarquizadas, onde os órgãos colegiados não coordenam, efectivamente, os cursos de licenciatura, para as segundas.
- b) Existência da aplicação de Estatuto de Carreira Docente, para as primeiras, e contratação, de forma precária, para os docentes de alguns cursos, nas segundas.
- c) Estabelecimento de linhas e acções de investigação com rebatimentos em termos de ensino nos domínios da arquitectura, do urbanismo e da arquitectura paisagista, para as primeiras, e ausência, quase generalizada das mesmas, para as segundas.

Sugestão: Qualificação dos cursos que foram sujeitos exclusivamente ao 2º ciclo de Avaliação de forma a aproximá-los, pelo menos no âmbito dos itens acima referidos, dos cursos que foram sujeitos, simultaneamente, aos dois Ciclos de Avaliação.

Por último, resta concluir, que esta CAE tem, dentro dos limites para se obterem os dados sobre os cursos que foram objecto deste processo de aferição comparativa bem como da isenção dos juízos emitidos, por provável, a justeza desta avaliação e, por certo, que esta também avalia os que a elaboraram.

Coimbra, 31 de Julho de 2003

O Presidente da Comissão de Avaliação Externa dos Cursos
de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista

Prof. Doutor Mário Júlio Teixeira Krüger

Anexos

Listagem dos Anexos

a) Quadros -Síntese

Quadro-Síntese 1 – Avaliação Global dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista.(p. 28)

Quadro-Síntese 2.1 – Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Factores de Avaliação (2º Ciclo de Avaliação). (p. 30)

Quadro-Síntese 2.2 – Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Factores de Avaliação (1º e 2º Ciclos de Avaliação). (p. 31)

Quadro-Síntese 3 – Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Classificações Totais. (p. 32)

Quadro-Síntese 4 – Avaliação Global dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Relações Ordinais dos Factores de Avaliação (A-B-C-D – Sem Classificação). (p. 33)

Quadro-Síntese 5 – Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista – Representação dos Valores Máximos das Relações Ordinais dos Factores de Avaliação (A-B-C-D). (p. 34)

b) Tabelas

Tabela 1 – Comparação entre os níveis de classificação máximos para os Factores de avaliação dos cursos que participaram no 2º Ciclo de avaliação e dos que participaram, simultaneamente, nos 1º e 2º ciclo de avaliação (p. 7).

Tabela 2 - Distâncias das Classificações Globais A-B-C-D (ver Quadro-Síntese 3 e Figura 2) entre os Cursos de Licenciatura de Arquitectura e de Arquitectura Paisagista. (p. 36)

c) Figuras

Fig. 1 - Gráfico de Barras das Classificações Globais (A-B-C-D) dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista Ordenados pelas Classificações de Nível D. (p. 29)

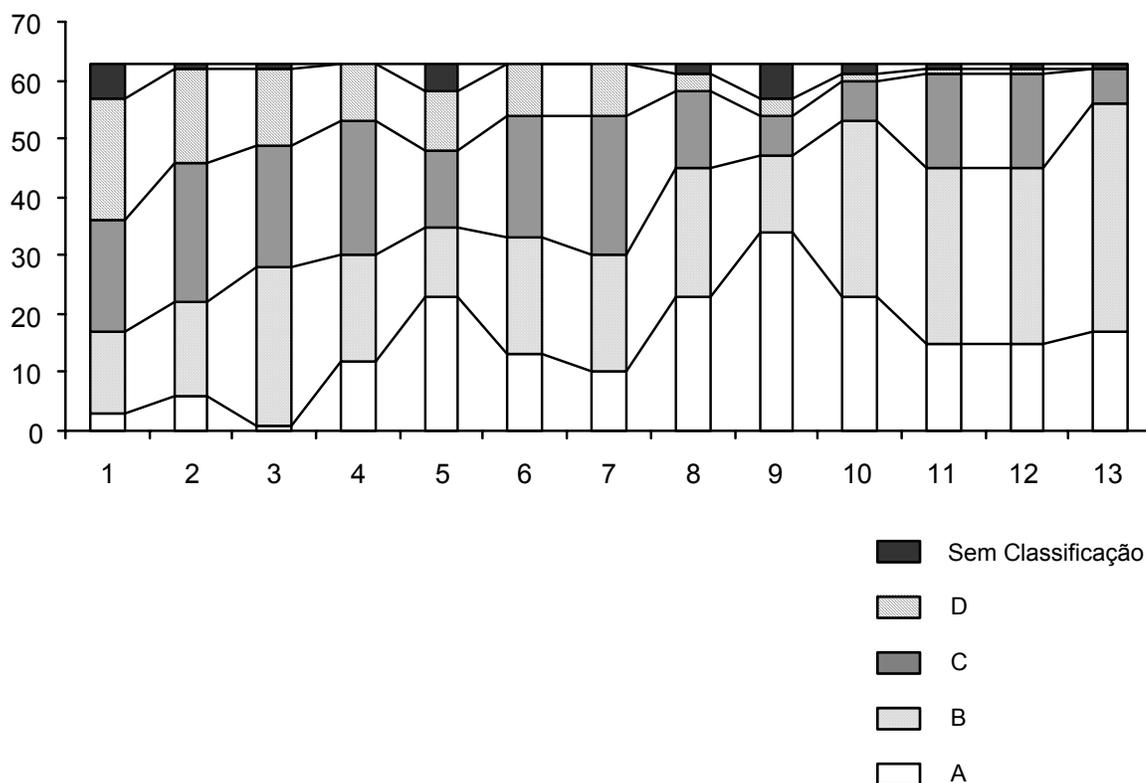
Fig. 2 - Árvore de Ligações dos Cursos de Licenciatura de Arquitectura e Arquitectura Paisagista em função das Classificações Globais A-B-C-D (ver Quadro-Síntese 3). (p. 35)

d) Breve Descrição do Contexto Educacional e Profissional

Breve Descrição do Contexto Educacional e Profissional no qual os 13 cursos, que foram objecto de avaliação, se enquadram face aos 30 cursos existentes em território nacional. (p.37)

Quadro-Síntese I - Avaliação Global dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista

Factores de Avaliação	Arquitectura							Urbanismo			Arq. Paisagista			Total				Classificação	Sem Classif.
	FAUP	FAUTL(A)	FCTUC	UL(LA)	UL(Po)	UL(VNF)	ELAC	Urb(A)	FAUTL(GU)	FAUTL(UT)	Urb(U)	UE	ISAUTL	A	B	C	D		
Objetivos do Curso																			
Clareza/precisão na apresentação dos objetivos	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	C	A	A	9	1	3	0	0	
Adequação dos objetivos	A	B	B	C	C	C	C	C	B	B	B	C	A	2	7	4	0	0	
Concretização dos objetivos	B	B	B	C	C	C	C	C	C	C	C	A	B	0	4	9	0	0	
Estratégias para o futuro	C	B	A	C	D	D	D	B	C	C	C	A	B	2	3	5	3	0	
Organização Institucional														13	15	21	3	0	
Integração do curso na instituição	B	A	B	A	A	A	B	C	A	A	C	A	C	7	4	2	0	0	
Clareza do projecto pedagógico da instituição	A	B	B	C	C	C	C	C	C	C	B	A	C	2	4	7	0	0	
Existência e funcionamento de órgãos de gestão pedagógica	B	A	A	C	C	C	C	D	B	B	C	B	C	2	4	6	1	0	
Empenho da instituição e recursos atribuídos	A	A	A	C	C	C	C	C	B	A	A	B	C	4	2	6	1	0	
Acompanhamento dos alunos (órgãos, recursos, atitudes)	B	B	A	B	B	B	C	C	A	A	C	A	A	5	5	3	0	0	
														20	19	24	2	0	
Procura																			
Caracterização do acesso no ano de avaliação	A	B	A	C	C	C	C	B	A	A	D	B	A	5	2	5	1	0	
Evolução na procura	A	A	A	B	B	B	D	B	B	B	D	A	A	5	5	1	2	0	
Requisitos à entrada/disciplinas específicas	B	B	B	C	C	C	C	C	B	B	B	D	A	3	3	6	1	0	
Competências a entrada	B	B	B	C	C	C	C	C	A	A	C	B	B	4	3	6	0	0	
														13	18	17	4	0	
Plano de Estudos																			
Áreas de conhecimento cobertas e sua adequação aos objectivos	B	B	B	B	B	B	B	C	B	B	B	A	A	2	10	1	0	0	
Coordenação das várias disciplinas	C	C	B	C	C	C	C	D	B	B	C	B	C	0	4	8	1	0	
Material pedagógico	B	B	B	C	C	C	C	B	C	A	C	A	B	3	5	5	0	0	
Métodos de avaliação	B	B	A	C	C	B	B	C	B	A	A	B	A	5	7	1	0	0	
Dinâmica/evolução nos últimos 5 anos	B	B	A	B	B	B	C	C	B	B	B	A	B	2	9	2	0	0	
Estágio discente e/ou prova final	A	A	A	D	D	D	D	C	B	B	B	m	A	4	3	1	4	1	
Cumprimento da Directiva Comunitária 85/384/CEE	A	A	A	A	A	A	C	A	m	m	m	m	m	7	0	1	0	5	
														21	38	20	5	6	
Sucesso Escolar																			
Limitações temporais (horários, carga horária)	B	B	A	A	A	A	C	C	B	B	C	A	A	6	4	3	0	0	
Taxas de sucesso	C	B	B	A	A	A	B	B	B	B	B	B	B	3	9	1	0	0	
Bolsas e sua política	m	C	C	D	D	D	D	A	C	C	B	D	m	1	1	4	5	2	
														10	14	8	5	2	
Recursos de Apoio																			
Salas de aula	B	B	C	B	B	B	A	C	C	C	D	A	D	2	5	4	2	0	
Salas de projecto, laboratórios e sua manutenção	B	B	C	B	C	C	A	C	A	A	C	A	D	4	3	5	1	0	
Salas para atendimento docente	D	B	B	C	C	C	m	D	B	B	D	A	D	1	4	3	4	1	
Arrumos para alunos	C	B	D	D	D	D	m	D	A	A	C	D	D	2	4	2	7	1	
Bibliotecas	A	A	B	C	C	C	C	D	A	B	D	A	B	3	4	5	1	0	
Locais de trabalho, encontro e convívio	C	C	C	A	C	C	D	D	A	C	D	A	D	4	1	6	2	0	
Caminhas e residência	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	C	A	C	1	10	2	0	0	
Pessoal técnico	B	B	C	B	B	B	m	B	B	B	B	A	C	0	10	2	0	1	
Pessoal administrativo	B	B	C	B	B	B	A	B	B	A	A	B	C	3	7	3	0	0	
Recursos financeiros, custo aluno-ano, custo de licenciatura	m	m	m	B	B	B	B	m	B	B	D	C	C	0	6	2	1	4	
Recursos informáticos	C	B	C	B	B	B	D	C	A	A	B	B	C	2	6	4	1	0	
Recursos audiovisuais	B	B	C	B	A	B	B	B	A	A	B	B	B	3	9	1	0	0	
Transporte e acessibilidades	B	C	A	B	A	B	B	A	C	C	B	A	D	4	5	3	1	0	
														29	71	42	20	7	
Corpo Docente																			
Constituição e habilitação	A	B	B	A	B	B	D	C	B	B	C	A	A	4	6	2	1	0	
Doutorados em arquitectura	A	A	B	B	B	B	D	C	B	B	C	A	A	2	8	2	1	0	
Doutorados em outras áreas	A	A	C	B	B	B	D	B	C	C	D	A	A	4	4	3	2	0	
Vínculo contratual	A	A	A	B	B	B	C	D	B	B	D	A	A	5	5	1	2	0	
Estatuto de carreira docente	A	A	A	B	B	B	D	C	A	A	D	A	A	7	3	1	2	0	
Investigação subsidiada	B	B	B	D	D	D	D	D	C	C	D	m	D	0	3	2	6	2	
Investigação aplicada	A	A	B	C	C	C	D	D	C	C	D	A	A	3	2	5	3	0	
Carga lectiva docente	A	A	A	C	C	C	C	C	B	B	B	B	A	3	5	5	0	0	
Publicações	A	B	A	C	C	C	D	D	C	C	D	B	A	3	2	5	3	0	
Ratio professor/aluno	B	B	A	C	C	C	B	B	B	B	B	A	A	3	7	3	0	0	
														34	45	29	10	2	
Relações Externas																			
Contactos com o meio sócio-económico	B	B	B	B	B	A	C	C	C	C	B	A	A	3	6	4	0	0	
Actividades de extensão (culturais, difusão, profissionais)	B	B	A	A	A	B	C	C	B	B	B	A	A	5	6	2	0	0	
Estágios	A	A	m	D	D	D	D	B	B	B	B	A	A	4	4	0	4	1	
Internacionalização (Sócrates, Erasmus, Leonardo)	A	A	A	C	C	C	D	D	B	B	C	A	A	5	2	4	2	0	
Contactos com outras instituições nacionais e internacionais	A	A	A	C	C	C	D	D	B	B	B	A	A	5	3	3	2	0	
Publicações institucionais	A	B	A	C	C	C	D	D	C	C	C	C	C	2	1	8	2	0	
														24	22	21	10	1	
Avaliação da Gestão																			
Existência de processos regulares de avaliação da gestão	B	B	B	C	C	C	C	D	C	C	B	B	B	0	6	6	1	0	
Política de acompanhamento de indicadores de avaliação	B	C	D	D	D	D	m	D	B	B	B	B	B	0	6	1	5	1	
Existência de processos de filtragem e contra-avaliação	C	C	D	D	D	D	m	D	C	C	C	C	C	0	7	5	1	1	
Eficácia do processo de tomada de decisão institucional	A	A	C	A	A	A	m	B	B	B	B	C	C	5	4	3	0	1	
														5	16	17	11	3	
Perspectivas Profissionais																			
Legue de saída profissionais	B	B	A	A	A	A	B	C	B	B	B	A	A	6	6	1	0	0	
Facilidade de obtenção do primeiro emprego	A	B	A	A	A	A	B	B	B	B	C	A	A	7	5	1	0	0	
Aposos institucionais	B	B	B	B	B	B	D	B	B	B	C	A	D	0	9	2	2	0	
														13	20	4	2	0	
Recursos Financeiros																			
Fontes de financiamento públicas	B	B	B	D	D	C	D	C	B	B	B	m	m	0	6	2	3	2	
Outras fontes de financiamento (proprias e serviços)	B	B	C	A	A	A	D	A	C	C	B	m	m	4	3	3	1	2	
Afectação de verbas para o ensino	B	B	C	A	C	C	D	A	A	A	A	m	m	5	2	3	1	2	
Afectação de verbas para a investigação	B	B	B	D	D	D	D	D	D	D	B	D	D	0	4	0	9	0	
														9	15	8	14	6	
Total Classificação A	23	17	23	13	12	10	3	6	15	15	1	34	23						
Total Classificação B	30	39	22	20	18	20	14	16	30	30	27	13	12						
Total Classificação C	7	6	13	21	23	24	19	24	16	16	21	7	13						
Total Classificação D	1	0	3	9	10	9	21	16	1	1	13	3	10						
Sem Classificação	2	1	2	0	0	0	6	1	1	1	1	6	5						
Legenda																			
m	Sem Classificação	Cursos de Arquitectura							Cursos de Urbanismo										
		FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto							FAUTL (GU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura de Gestão Urbanística)										
		FAUTL(A) - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (Arquitectura)							FAUTL(UT) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial)										



Legenda

Cursos de Arquitectura

- 10 - FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- 13 - FAUTL(A) - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa(Arquitectura)
- 8 - FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
- 6 - UL(Lx) - Universidade Lusíada – Lisboa
- 4 - UL(Po) - Universidade Lusíada – Porto
- 7 - UL(VNF) - Universidade Lusíada – Vila Nova de Famalicão
- 1 - EUAC -Escola Universitária de Artes de Coimbra
- 2 - UIn (A) - Universidade Lusófona (Arquitectura)

Cursos de Urbanismo

- 11 - FAUTL (GU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura de Gestão Urbanística)
- 12 - FAUTL(UT)-Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura do Planeam Urbano e Territorial)
- 3 - UIn (U) - Universidade Lusófona (Urbanismo)

Cursos de Arquitectura Paisagista

- 9 - UE-Universidade de Évora
- 5 - ISAUTL - Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Fig. 1 – Gráfico de Barras das Classificações Globais A-B-C-D dos Cursos de Licenciatura de Arquitectura e Arquitectura Paisagista Ordenados pela Classificação de Nível D.

Quadro-Síntese 2.1 - Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Factores de Avaliação (2º Ciclo de Avaliação)

Factores de Avaliação	Total Classificação					Total	Média
	A	B	C	D	Sem Classif.		
Objectivos do Curso	13	15	21	3	0	52	10,4
Organização Institucional	20	19	24	2	0	65	13
Procura	13	18	17	4	0	52	10,4
Plano de Estudos	21	38	20	5	6	90	18,2
Sucesso Escolar	10	14	8	5	2	39	7,8
Recursos de Apoio	29	71	42	20	7	169	33,8
Corpo Docente	34	45	29	20	2	130	26
Relações Externas	24	22	21	10	1	78	15,6
Avaliação da Gestão	5	16	17	11	3	52	10,4
Perspectivas Profissionais	13	20	4	2	0	39	7,8
Recursos Financeiros	9	15	8	14	6	52	10,4

Legenda



Valores Superiores à Média



Valores Máximos

Quadro-Síntese 2.2 - Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Factores de Avaliação (1º e 2º Ciclos de Avaliação)

Factores de Avaliação	Total Classificação					Total	Média
	A	B	C	D	Sem Classif.		
Objectivos do Curso	9	11	8	0	0	28	5,6
Organização Institucional	17	10	7	1	0	35	7
Procura	13	15	0	0	0	28	5,6
Plano de Estudos	19	22	3	0	5	49	9,8
Sucesso Escolar	3	10	5	1	2	21	4,2
Recursos de Apoio	22	34	24	8	3	91	18,2
Corpo Docente	35	24	9	0	2	70	14
Relações Externas	21	14	6	0	1	42	8,4
Avaliação da Gestão	2	12	12	2	0	28	5,6
Perspectivas Profissionais	7	12	1	1	0	21	4,2
Recursos Financeiros	2	9	7	4	6	28	5,6

Legenda



Valores Superiores à Média

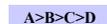


Valores Máximos

Quadro-Síntese 3 - Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Classificações Totais

Factores de Avaliação	Arquitectura								Urbanismo			Arq. Paisagista	
	FAUP	FAUTL(A)	FCTUC	UL(Lx)	UL(Po)	UL(VNF)	EUAC	Uln(A)	FAUTL(GU)	FAUTL(UT)	Uln(U)	UE	ISAUTL
Total Classificação A	23	17	23	13	12	10	3	6	15	15	1	34	23
Total Classificação B	30	39	22	20	18	20	14	16	30	30	27	13	12
Total Classificação C	7	6	13	21	23	24	19	24	16	16	21	7	13
Total Classificação D	1	0	3	9	10	9	21	16	1	1	13	3	10
Sem Classificação	2	1	2	0	0	0	6	1	1	1	1	6	5
Relação Ordinal	B>A>C>D	B>A>C>D	A>B>C>D	C>B>A>D	C>B>A>D	C>B>A>D	D>C>B>A	C>B>D>A	B>C>A>D	B>C>A>D	B>C>D>A	A>B>C>D	A>C>B>D
N.º de Alterações de Ordem para A>B>C>D	1	1	0	2	2	2	4	3	3	3	3	0	1

Legenda

	Valores Máximos
	Sem Alteração de Ordem
	D>C>B>A (ou equivalente) Alteração Global de Ordem

Cursos de Arquitectura

FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
 FAUTL(A) - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa(Arquitectura)
 FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
 UL(Lx) - Universidade Lusíada – Lisboa
 UL(Po) - Universidade Lusíada – Porto
 UL(VNF) - Universidade Lusíada – Vila Nova de Famalicão
 EUAC -Escola Universitária de Artes de Coimbra
 Uln (A) - Universidade Lusófona (Arquitectura)

Cursos de Urbanismo

FAUTL (GU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura de Gestão Urbanística)
 FAUTL(UT)-Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial)
 Uln (U) - Universidade Lusófona (Urbanismo)

Cursos de Arquitectura Paisagista

UE-Universidade de Évora
 ISAUTL - Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Quadro-Síntese 4 - Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista por Relações Ordinais dos Factores de Avaliação (A-B-C-D-Sem Class.)

Factores de Avaliação	Arquitectura								Urbanismo			Arq. Paisagista	
	FAUP	FAUTL(A)	FCTUC	UL(Lx)	UL(Po)	UL(VNF)	EUAC	Uln(A)	FAUTL(GU)	FAUTL(UT)	Uln(U)	UE	ISAUTL
Objectivos do Curso	2-1-1-0-0	1-3-0-0-0	2-2-0-0-0	1-0-3-0-0	1-0-2-1-0	1-0-2-1-0	0-2-1-1-0	1-1-2-0-0	0-1-3-0-0	0-1-3-0-0	0-1-3-0-0	3-1-0-0-0	1-2-1-0-0
Organização Institucional	2-3-0-0-1	3-2-0-0-0	2-2-1-0-0	1-1-3-0-0	1-1-3-0-0	1-1-3-0-0	0-1-4-0-0	0-3-1-1-0	3-1-1-0-0	3-1-1-0-0	0-2-3-0-0	3-1-1-0-0	1-0-3-1-0
Procura	2-2-0-0-0	1-3-0-0-0	2-2-0-0-0	0-1-3-0-0	0-1-3-0-0	0-1-3-0-0	0-0-3-1-0	0-0-4-0-0	2-2-0-0-0	2-2-0-0-0	0-0-1-0-3	2-2-0-0-0	2-2-0-0-0
Plano de Estudos	2-4-1-0-0	2-4-1-0-0	4-3-0-0-0	1-3-2-1-0	1-3-2-1-0	1-3-2-1-0	0-2-4-1-0	1-1-4-1-0	2-4-0-0-1	2-4-0-0-1	0-4-2-0-1	4-1-0-0-2	3-2-1-0-1
Sucesso Escolar	0-1-1-0-1	0-2-1-0-0	1-1-1-0-0	2-0-0-1-0	2-0-0-1-0	2-0-0-1-0	0-1-1-1-0	1-1-1-0-0	0-2-1-0-0	0-2-1-0-0	0-2-1-0-0	1-1-0-1-0	1-1-0-0-1
Recursos de Apoio	1-7-3-1-1	1-9-2-0-1	1-3-7-1-1	1-9-2-1-0	2-6-4-1-0	0-8-4-1-0	3-5-1-1-3	1-4-4-3-1	6-5-2-0-0	6-5-2-0-0	0-5-4-4-0	7-3-2-1-0	0-2-5-6-0
Corpo Docente	8-2-0-0-0	5-5-0-0-0	5-4-1-0-0	1-4-4-1-0	0-5-4-1-0	0-5-4-1-0	0-1-2-7-0	0-2-4-4-0	1-5-4-0-0	1-5-4-0-0	0-2-2-6-0	7-2-0-0-1	8-1-0-0-1
Relações Externas	4-2-0-0-0	3-3-0-0-0	4-1-0-0-1	1-1-3-1-0	1-1-3-1-0	1-1-3-1-0	0-0-2-4-0	0-1-2-3-0	0-4-2-0-0	0-4-2-0-0	0-4-2-0-0	5-0-1-0-0	5-0-1-0-0
Avaliação da Gestão	1-2-1-0-0	1-1-2-0-0	0-1-1-0-2	1-0-1-2-0	1-0-1-2-0	1-0-1-2-0	0-0-1-0-3	0-1-0-3-0	0-2-2-0-0	0-2-2-0-0	0-3-1-0-0	0-2-2-0-0	0-2-2-0-0
Perspectivas Profissionais	1-2-0-0-0	0-3-0-0-0	2-1-0-0-0	2-1-0-0-0	2-1-0-0-0	2-1-0-0-0	0-2-0-1-0	0-2-1-0-0	0-3-0-0-0	0-3-0-0-0	0-1-2-0-0	2-0-1-0-0	2-0-0-1-0
Recursos Financeiros	0-4-0-0-0	0-4-0-0-0	0-2-2-0-0	2-0-0-2-0	1-0-1-2-0	1-0-2-1-0	0-0-0-4-0	2-0-1-1-0	1-1-1-1-0	1-1-1-1-0	1-3-0-0-0	0-0-0-1-3	0-0-0-1-3

Legenda



Sem Alteração de Ordem (A>B ≥C≥D ou A>B^C^D)



Alteração Global de Ordem (D>C≥B≥A ou D>C^B^A)

Cursos de Arquitectura

FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

FAUTL(A) - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa(Arquitectura)

FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

UL(Lx) - Universidade Lusíada – Lisboa

UL(Po) - Universidade Lusíada – Porto

UL(VNF) - Universidade Lusíada – Vila Nova de Famalicão

EUAC -Escola Universitária de Artes de Coimbra

Uln (A) - Universidade Lusófona (Arquitectura)

Cursos de Urbanismo

FAUTL (GU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura de Gestão Urbanística)

FAUT(UT)-Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial)

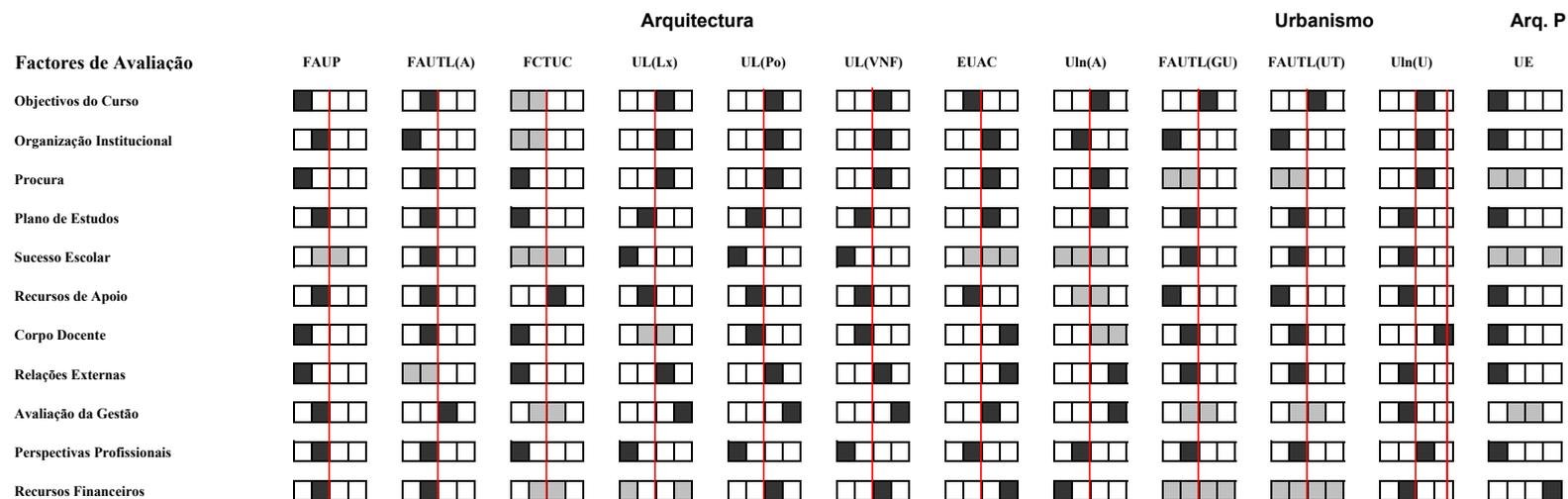
Uln (U) - Universidade Lusófona (Urbanismo)

Cursos de Arquitectura Paisagista

UE-Universidade de Évora

ISAUTL - Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Quadro-Síntese 5 - Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista - Representação dos Valores Máximos das Relações Ordinais dos Factores de Avaliação (A-B-C-D)



Legenda

- █ Valor Máximo da Relação Ordinal (A-B-C-D)
- █ Valores Máximos Ex-aequo da Relação Ordinal (A-B-C-D)

Cursos de Arquitectura

- FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- FAUTL(A) - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa(Arquitectura)
- FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
- UL(Lx) - Universidade Lusíada – Lisboa
- UL(Po) - Universidade Lusíada – Porto
- UL(VNF) - Universidade Lusíada – Vila Nova de Famalicão
- EUAC -Escola Universitária de Artes de Coimbra
- Uln (A) - Universidade Lusófona (Arquitectura)

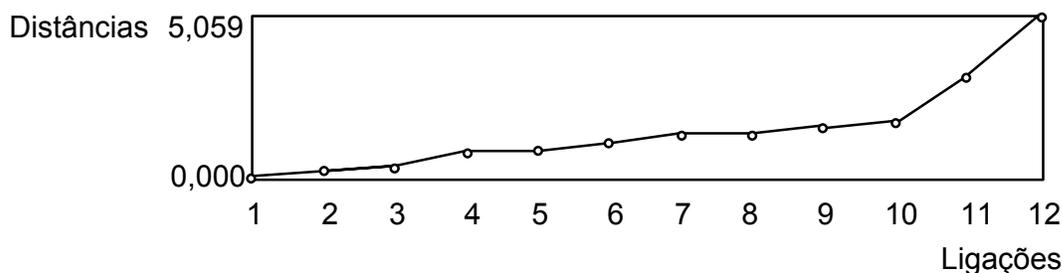
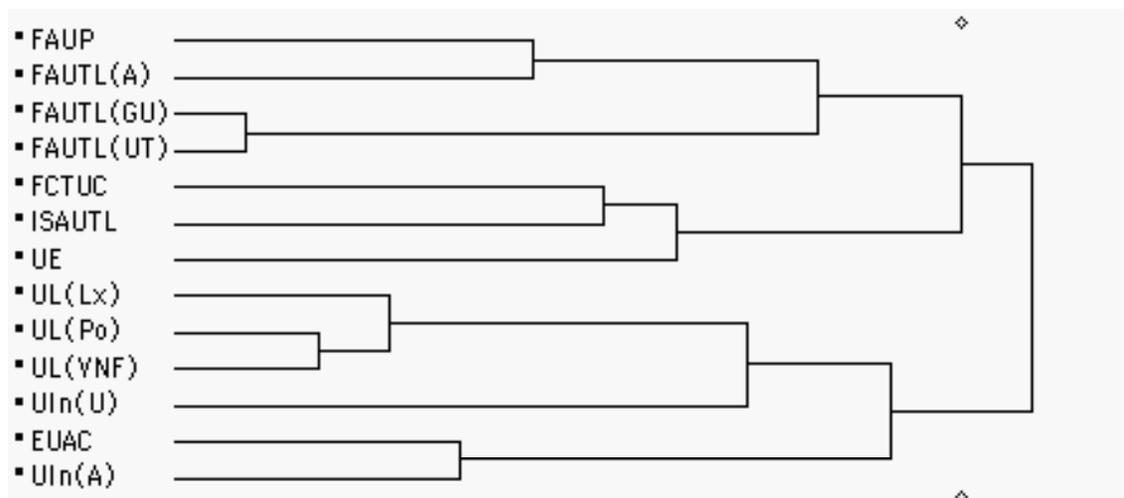
Cursos de Urbanismo

- FAUTL (GU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura de Gestão Urbanística)
- FAUT(UT)-Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial)
- Uln (U) - Universidade Lusófona (Urbanismo)

Cursos de Arquitectura Paisagista

- UE-Universidade de Évora
- ISAUTL - Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Cursos



Legenda

Cursos de Arquitectura

FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
 FAUTL(A) - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa(Arquitectura)
 FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
 UL(Lx) - Universidade Lusíada – Lisboa
 UL(Po) - Universidade Lusíada – Porto
 UL(VNF) - Universidade Lusíada – Vila Nova de Famalicão
 EUAC -Escola Universitária de Artes de Coimbra
 Uln (A) - Universidade Lusófona (Arquitectura)

Cursos de Urbanismo

FAUTL (GU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura de Gestão Urbanística)
 FAUTL(UT)-Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial)
 Uln (U) - Universidade Lusófona (Urbanismo)

Cursos de Arquitectura Paisagista

UE-Universidade de Évora
 ISAUTL - Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Fig. 2 Árvore de Ligações para os Cursos de Licenciatura de Arquitectura e Arquitectura Paisagista em função das Classificações Globais A-B-C-D (ver Quadro-Síntese 3).

N.º da Ligação	Distância	Elemento Dominante	Elemento de Ligação
12	0,000	FAUTL(GU)	FAUTL(UT)
11	0,275	UL(Po)	UL(VNF)
10	0,372	UL(Lx)	UL(Po)
9	0,808	EUAC	Uln(A)
8	0,914	FAUP	FAUTL(A)
7	1,144	FCTUC	ISAUTL
6	1,392	FCTUC	UE
5	1,393	UL(Lx)	Uln(U)
4	1,620	FAUP	FAUTL(GU)
3	1,792	UL(Lx)	EUAC
2	3,109	FAUP	FCTUC
1	5,059	FAUP	UL(Lx)

Tabela 2 - Distâncias das Classificações Globais A-B-C-D (ver Quadro-Síntese 3 e Figura 2) entre os Cursos de Licenciatura de Arquitectura e de Arquitectura Paisagista.

d) Breve Descrição do Contexto Educacional e Profissional no qual os 13 cursos, que foram objecto de avaliação, se enquadram face aos 30 cursos existentes em território nacional

Considera esta CAE dos cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista que é pertinente enquadrar o processo de aferição dos 13 cursos presentemente avaliados, face a um universo de 30 escolas de arquitectura em funcionamento em território nacional, sob pena de omissão se tal não for feito, principalmente quando, pela primeira vez, são avaliados comparativamente cursos de licenciatura inseridos tanto em escolas públicas como privadas.

A situação actual dos cursos de Arquitectura, bem como do seu ensino, é de tal maneira socialmente complexa que a torna única no quadro de países da União Europeia, levantando inúmeras perplexidades, quer a profissionais de arquitectura quer a especialistas da área de educação, que importa colocar para se enquadrar, devidamente, os 13 cursos sujeitos a este 2º ciclo de avaliação promovido pela FUP/APESP.

As questões que o ensino da Arquitectura levanta, neste contexto, são diversificadas, com múltiplas relações de causalidade mas que se podem resumir, primeiramente, numa só problemática: desregulamentação.

Com efeito, não só a proliferação de escolas e de lugares de ensino tem originado baixíssimos níveis de competência profissional dos seus licenciados, como os quadros docentes necessários a um bom desempenho discente, também não conseguem cobrir, adequadamente, as necessidades que o ensino e a aprendizagem da arquitectura solicita.

Na obra “ Ensino Superior: Uma Visão Para a Próxima Década” os autores (Simão, Santos & Costa, 2003, p. 236)¹ colocam, a este respeito se “ será possível com os docentes qualificados existentes garantir a docência de cerca de 11 500 alunos de Arquitectura e Urbanismo, dispersos por mais de uma dezena de cursos ? “.

Não tendo dados objectivos que nos permitam dar uma resposta precisa a esta questão podemos, no entanto, fazer uma “educated guess”. É consensual entre os membros desta CAE que, provavelmente, existirão, em todo o país, um máximo de 50 a 60 profissionais de arquitectura que poderão exercer funções docentes na área de projecto de arquitectura, ao nível de regência de disciplina, em função tanto da obra construída, que se requer que seja exemplar, como de capacidades pedagógicas comprovadas ou evidentes.

Se admitirmos que a cada regente cabe, numa situação que consideramos pedagogicamente adequada, a orientação de 60 alunos subdivididos em 3 turmas de 20 alunos para efeitos de acompanhamento prático, então o número máximo de estudantes que poderão ter um efectivo acompanhamento teórico e prático em projecto, nas escolas de arquitectura nacionais é, sensivelmente, cerca de 1/4 daquele número total de alunos a frequentar cursos de licenciatura em arquitectura.

Os resultados desta descompensação são, por demais, elucidativos o que levou, recentemente, a Ordem dos Arquitectos (OA) a instituir a figura do estágio profissional para os licenciados em cursos acreditados e a figura do exame de acesso à Ordem para aqueles candidatos que são oriundos de cursos não acreditadas.

¹ Simão, J. V., dos Santos, S.M. & Costa, A.A. (2003) Ensino Superior: Uma Visão Para Uma Década. Lisboa; Gradiva.

A título exemplificativo cite-se que, no último exame para acesso ao registo profissional na OA, realizado em 2003, concorreram 95 candidatos tendo 2 ficado aprovados e 7 submetido recurso para reapreciação dos resultados. Registe-se que os candidatos, todos oriundos de escolas privadas não acreditadas, apresentaram notas finais de curso de 12 a 16 valores com média de 14,15 valores e moda de 15 valores².

A classificação de Bom para a nota final de curso da maioria dos candidatos (72%) não aprovados descredibiliza qualquer acção de ensino que se leve a cabo nestas circunstâncias, tendo alguns profissionais idóneos já levantado a questão de não se acreditar nenhum curso e de se submeter todos os candidatos ao registo profissional na OA a um exame nacional de acesso ao registo profissional.

Além destes resultados, directamente atribuíveis à desregulamentação dos cursos de arquitectura, também o factor demográfico começa a ter efeitos na dimensão da procura por lugares de ensino. Nos cursos de arquitectura sediados em instituições universitárias “ verifica-se um acréscimo de procura nas universidades públicas e um decréscimo nas universidades privadas” (Crespo, 2003, p. 22)³. Com efeito, na área de Arquitectura, passa-se de 1996/97 para 2001/01, de 531 novos ingressos para 741 nas universidades públicas e de 1197 para 983 para as universidades privadas, o que significa um aumento de 39,54% de inscrições nas primeiras e uma diminuição de 17,87 % nas segundas.

É neste âmbito que se poderá considerar problemática a oferta de vagas para o ano lectivo de 2003/2004, face à desproporção, num universo de 2355 lugares para os cursos de licenciatura em arquitectura, de 26% serem para as escolas públicas e 74% para as privadas⁴.

Admitindo, em ambos os casos, uma taxa de sucesso desejável de 80 %, para conclusão do curso de licenciatura no mesmo período de tempo de como é proposto nos respectivos planos de estudos, isto significa que, a manterem-se estes padrões de desempenho, iremos ter, proximamente, um acréscimo anual de 1884 candidatos ao título de arquitecto, isto é, um aumento anual de cerca de 16% em relação ao número de profissionais actualmente registados na Ordem dos Arquitectos.

Face à redução de investimento no sector da construção que ocorre presentemente, este quadro também coloca uma situação problemática, quanto às possibilidades da maioria daqueles candidatos conseguirem trabalho remuneratório produtivo na área de arquitectura após a conclusão do curso.

Acrescente-se, ainda, que para a faixa etária dos 20-24 anos, de uma população de 776 655 indivíduos existente em 2000, se prevê uma diminuição para 538 885 no ano de 2010, a que corresponde uma taxa de decréscimo populacional de, neste curto espaço de uma década, de 30,61 % da população naquela faixa (Barreto *et al*, 2000, p. 581)⁵. Esta situação criará, também, uma enorme pressão para reajustamento de políticas educacionais na área do ensino de arquitectura onde se nota já um excesso de profissionais face à capacidade produtiva do país.

² Informação transmitida pelo Arq. André Cruz, secretário da Ordem dos Arquitectos para o processo de acreditação dos cursos de licenciatura em arquitectura.

³ Crespo, V. (2003) *Ganhar Bolonha, Ganhar o Futuro. O Ensino Superior no Espaço Europeu*. Lisboa: Gradiva.

⁴ Fonte de Dados: *Jornal Expresso* de 14/06/2003.

⁵ Barreto, A. *et al* (2000) *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, vol. II. Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia. Organização de António Barreto.

Neste aspecto e no âmbito da União Europeia (Europa dos 15), é pertinente chamar comparativamente a atenção para a situação em Itália, Portugal e Reino Unido, onde o número médio de estudantes por escola é de, respectivamente, 4 476, 456 e 185, correspondendo, o primeiro e o último indicador ao mais elevado e ao menor valor, para aquele conjunto de países.

O excesso de profissionais por habitantes, que corresponde actualmente a cerca de 12 000 arquitectos registados na OA, somente é ultrapassado, no âmbito dos restantes países da União Europeia pela Itália onde se pode constatar que se o “propósito da educação em arquitectura ... for formar um *gentleman* mas não necessariamente, um profissional, então cremos que o sistema atingiu, plenamente o seu objectivo pela extensa quantidade de pessoal qualificado que chega precariamente ao mercado de trabalho como resultado da desregulação do acesso ao ensino de arquitectura, bem como pela crescente rarefacção da procura de serviços profissionais e, ainda pela concorrência de profissões afins” (Krüger, 2001, p. 44)⁶.

Se bem que não tenhamos atingido ainda os mesmos patamares de desregulamentação, quando comparados com a situação italiana, na medida em que o número de arquitectos por mil habitantes é, em 2001⁷, de 1,48 para Itália, de 0,84 para Portugal e de 0,52 para o Reino Unido, o facto de o número de estudantes de arquitectura por arquitectos registados, ser para estes países de, respectivamente 0,90, 0,96 e 0,26 mostra que, a manterem-se estas últimas taxas nos aproximamos, tendencialmente, da situação Italiana e afastamo-nos da situação do Reino Unido.

Registe-se a este propósito que, no ano lectivo de 2002/2003 e pela primeira vez na sua existência, os licenciados por uma das escolas mais antigas e prestigiadas do país, a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, não conseguiram, globalmente, arranjar lugares para realizar o estágio pós-escolar a que o seu regulamento de funcionamento obriga.

Neste contexto socialmente complexo, não é de admirar que a OA tenha lançado, em finais de 2002, uma Petição pelo Direito à Arquitectura, tendo em vista a revogação do Decreto 73/73 de 28 de Fevereiro, que instaurou um regime transitório, que durou cerca de trinta anos, segundo o qual as Câmaras Municipais foram autorizadas a aceitar projectos de autoria de profissionais não qualificados.

Em resumo, é neste quadro de desregulamentação em relação ao ensino e ao exercício profissional⁸, de mudança de factores demográficos e de aproximação a padrões caracterizadores de um ensino de massa - onde a orientação pedagógica deve ser, ao contrário e necessariamente, personalizada em termos de ensino e aprendizagem para permitir o surgimento de um processo de reflexão em acção que conduza ao amadurecimento e fortalecimento de atitudes projectuais consequentes - que se situam os 13 cursos de licenciatura, no universo dos 30 existentes, e que são objecto da presente avaliação.

⁶ Krüger, M.J.T. (2001) Do Paraíso Perdido à Divina Comédia. Reflexões Sobre o Ensino de Arquitectura em Países Anglo-saxónicos e Latinos. *Jornal Arquitectos (J-A)*. n.º 201, 36-47.

⁷ ArchiEuro (2001). Portal informativo sobre a prática da profissão de arquitecto na Europa organizado pelo *Dipartimento Europa ed Esteri* Italiano e pelo *Consiglio Nazionale Degli Architetti Italiani*. Endereço na WWW : <http://www.archiworld.it/archieuro>.

⁸ Continuam por regulamentar os dispositivos legais que irão substituir o Decreto-Lei 73/73 de 28 de Fevereiro.